



ARIANE CRISTINA FERREIRA DE SOUZA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL DA POPULAÇÃO
NEGRA: Um Resgate da Cultura Alimentar em
Comunidades Quilombolas**

*Trabalho de Conclusão do Curso de Nutrição, do
Setor de Ciências da Saúde, da Universidade
Federal do Paraná*

Orientadora: Professora Islandia Bezerra

Co-orientador: Professor Marcos Silva da Silveira

Curitiba, 2009

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida que me concede, pelo ingresso e conclusão da graduação em Nutrição, e pela alimentação segura que nunca faltou na mesa de minha família.

A meus pais, que se privaram de realizações pessoais para que eu aqui chegasse, ao meu amor, que construiu comigo essa trajetória, aos amigos que me apoiaram nas realizações e dificuldades.

Aos irmãos quilombolas que concederam minha pesquisa em suas comunidades e me receberam com muito carinho e prontidão.

Ao grupo de trabalho Clóvis Moura, pelo apoio, através do qual pude deslocar-me até às comunidades.

Aos mestres que aceitaram o convite à orientação, professora Islandia e Marcos pela sabedoria e compreensão com que instruíram minhas idéias.

A todos que souberam compreender e valorizar minha dedicação, de onde quer que estejam e que hoje, se alegram comigo por mais esta conquista.

Espero com sua graça, atuar com sabedoria enquanto profissional da alimentação e fazer a diferença na situação de fome e insegurança alimentar que atinge muitos de meus irmãos.

SOUZA, Ariane Cristina Ferreira. **POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DA POPULAÇÃO NEGRA: Um Resgate da Cultura Alimentar em Comunidades Quilombolas.** Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Nutrição, Setor de Ciências da saúde, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

RESUMO: O presente trabalho trata da Segurança Alimentar e Nutricional da população negra, especialmente comunidades quilombolas, sob o prisma da particularidade étnico-cultural que as Políticas Públicas devem voltar sua atenção, para de fato garantirem a Segurança Alimentar e Nutricional. Investigou-se a implantação dessas políticas relacionadas à íntegra que forma o atual conceito de SAN, de modo tal que por meio delas, seja possível resgatar e preservar a cultura alimentar dos remanescentes de quilombos. Partindo de um interesse particular em conhecer mais sobre os remanescentes de quilombos no Estado do Paraná, realizou-se esta pesquisa no âmbito da alimentação/nutrição, buscando identificar os hábitos alimentares culturais ligados à raiz étnica pertencente à comunidade de João Surá e de Palmital dos Pretos e as questões que permeiam as mudanças desses hábitos ou que impossibilitam que os mesmos se reproduzam. As informações foram obtidas através de observações e entrevistas nas comunidades visitadas, com foco nas memórias intergeracionais. Confrontou-se os relatos com os resultados do QFA e Recordatório 24h. Verificou-se que alguns hábitos foram deixados no passado e outros vêm se perdendo sempre mais à medida em que se aumenta o grau de Insegurança Alimentar e Nutricional, ameaçando constantemente a identidade étnico-cultural desses grupos socialmente excluídos e destituídos de suas posses.

Palavras – chave: segurança alimentar e nutricional, políticas públicas, comunidades quilombolas, cultura, hábitos alimentares.

ABSTRACT: This paper deals with the food safety and nutrition of black people, especially in quilombolas communities, through the prism of ethno-cultural particularity that public policies must return their attention to the fact, ensuring food security and nutrition. Investigated the implementation of policies related to the way that incorporates the current concept of NFS. So that through them is possible rescue and preserve the food culture of the remaining from quilombos. Starting from particular interest in knowing more about the remaining from quilombos in the state of Paraná took place this research within the food/ nutrition, to identify the cultural food habits related to the root belonging to the ethnic community João Surá e Palmital dos Pretos, and the issues that permeate these changes that make it impossible that they reproduce. The information was obtained through observations and interviews in the communities visited, with a focus on intergenerational memories. Reports are confronted with the results of the QFA and 24h recall. There are some habits that were left

in the past and others have been losing ever more to the extent that it increases the degree of food insecurity and nutrition, constantly threatening the ethnic-cultural identity of these socially excluded groups and deprived of their possessions.

Keyword: Nutritional Food Safety (NFS), Public Policies, quilombolas communities, culture, food habits.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	07
2 REVISÃO DE LITERATURA	09
2.1 Políticas Públicas de SAN: quais aspectos devem ser considerados?	
2.2 Alimentação e sua linguagem de sentidos.....	10
2.2.1 Alimentação/nutrição condicionadas por outros fatores.....	12
2.3. Remanescentes de Quilombos... Definições e expressões de resistência...15	
2.4 A importância dos indicadores para a formulação, implementação e implantação de políticas públicas de SAN.....	16
Tabela 2.4.1 Indicadores relacionados às seis mesorregiões do Estado do Paraná	20
Tabela 2.4.2 - Divisão por faixa etária.....	21
Tabela 2.4.3 - Escolaridade	
Tabela 2.4.4 - Ocupação	
Tabela 2.4.5 – Benefícios.....	22
Tabela 2.4.6 - Divisão por faixa etária	
Tabela 2.4.7- Posse de documentos	
Tabela 2.4.8 - Escolaridade	
Tabela 2.4.9 – Ocupação.....	23
2.5 - Saúde da População Negra.....	24

3	METODOLOGIA	26
3.1	UNIVERSO AMOSTRAL, COLETA DE DADOS E CONSIDERAÇÕES ÉTICAS.....	27
3.2.	Dos instrumentos de coleta.....	28
3.2.1-	Métodos de Inquéritos Dietéticos.....	29
3.2.2	- Método Quantitativo.....	30
3.2.3	- Método Qualitativo.....	30
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	31
4.1-	Historiando a Comunidade João Surá – aspectos gerais.....	32
4.1.2-	Historiando sobre hábitos, costumes e práticas alimentares.....	36
4.2	- Historiando a Comunidade Palmital dos Pretos – aspectos gerais.....	44
4.2.1	- Historiando sobre hábitos, costumes e práticas alimentares.....	45
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
5	REFERÊNCIAS.....	53
6	ANEXOS.....	60

1. INTRODUÇÃO

Ao se falar em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), principalmente referente às comunidades quilombolas, obrigatoriamente devemos falar da questão da terra, haja vista, ser o principal problema dessas comunidades. A falta de terra é fator determinante da situação alimentar dos quilombolas, mais especificamente, a falta de realização do direito à terra que lhes pertence.

A exclusão do direito à terra aos quilombolas tem origem já em 1850, com a Lei de Terras, pela qual fica proibida qualquer aquisição de terra devoluta por título que não seja o de compra. Já se sabia que os negros escravizados e os quilombolas, que estruturaram a partir da terra seus usos e costumes, tiveram o acesso às mesmas via doação, ocupação, prestação de serviços de guerra e também compra, em alguns casos. Essa lei foi ainda uma condição para o fim da escravidão, condição esta que institucionalizou o direito fundiário, o qual impede ainda hoje a redistribuição agrária no País (CONAQ, 2008).

Os direitos construídos e aos poucos conquistados pelos quilombolas, bem como os demais grupos sociais que compõem a população negra, apesar de serem parte de uma dívida histórica, de alguma forma são expugnados pelas elites. Elites estas, que descendem das políticas colonizadoras de expropriação, genocídio e etnocídio.

Conforme a região, de acordo com a diáspora¹, houve um período em que as comunidades criaram gado, porcos, plantavam feijão, milho, mandioca, arroz e compravam apenas sal e querosene. Portanto praticavam a agricultura de subsistência apesar das difíceis condições de vida. Se hoje, com algumas conquistas a agricultura familiar nessas comunidades tradicionais enfrenta cada vez mais dificuldades para se reproduzir, é sinal de que as políticas públicas de SAN devem resgatar e proteger o ponto fundamentador real do sistema alimentar, a terra.

¹ Dispersão de Povos por motivos políticos ou religiosos (BUENO, F. S; 2007).

É por meio da terra que são originados os alimentos e também com ela, devem ser protegidos os costumes e hábitos alimentares que norteiam a identidade e identificação de um grupo social.

Considerando que as Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional trazem consigo um caráter de “Ação Afirmativa”, se faz necessário verificar como estas vêm se apresentando nas comunidades quilombolas e então entender se possibilitam o resgate e a manutenção da identidade cultural desses grupos historicamente excluídos, dando suporte para que essa identidade cultural seja reproduzida. A partir disso, foi analisado o grau de insegurança alimentar e nutricional das comunidades tradicionais de João Surá e Palmital dos Pretos e investigada a projeção de autonomia e soberania alimentar dessas comunidades em estudo.

Até que ponto é possível manter a identidade cultural dos grupos socialmente excluídos diante de uma situação de insegurança alimentar? Se as Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional não estiverem sendo tratadas como Ações Afirmativas, não é possível fazer o resgate cultural a partir dessas Políticas, sendo assim, não será possível também garantir a soberania alimentar a esses grupos, o que implicará na sua insegurança alimentar.

Nesse sentido, esta pesquisa teve por objetivo principal analisar as Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional no Estado do Paraná, vigentes no presente momento, se em relação à sua formulação, implementação e implantação consideram a inclusão social por meio da igualdade racial e se respeitam e promovem o resgate e manutenção das práticas alimentares tradicionais pertencentes à cultura negra. Para tanto, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

Investigar se as Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional, implementadas nas comunidades de Remanescentes de Quilombos João Surá e Palmital dos Pretos, no estado do Paraná, estão voltadas a essa população, conforme o recorte étnico e se atendem às suas demandas específicas quanto aos hábitos alimentares;

Identificar as estratégias dessas comunidades para garantir sua segurança alimentar nas suas atuais condições de vida;

Pesquisar nas comunidades Quilombolas João Surá e Palmital dos Pretos, no estado do Paraná, os hábitos alimentares das famílias, identificando se é e como é possível o resgate e/ou manutenção da cultura alimentar negra;

Contribuir para a construção de Políticas Públicas mais abrangentes, que garantam a promoção da igualdade étnico-racial a fim de garantir a todos os cidadãos brasileiros, o acesso aos seus direitos sem nenhuma distinção, assim como para a construção de Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional mais adequadas para as Comunidades de Remanescentes de Quilombos.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Políticas Públicas de SAN: quais aspectos devem ser considerados?

As Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional² devem garantir que todas as premissas previstas pelo Direito Humano à Alimentação Adequada, as quais são ressaltadas no amplo conceito de Segurança Alimentar e Nutricionais (SAN), sejam contempladas e executadas de fato.

² Política de SAN: Conjunto de ações planejadas para garantir a oferta e o acesso aos alimentos para toda a população, promovendo a nutrição e a saúde. Deve ser sustentável, ou seja, desenvolver-se articulando condições que permitam sua manutenção ao longo prazo. Requer o envolvimento tanto do governo quanto da sociedade civil organizada, em seus diferentes setores ou áreas de ação: saúde, educação, trabalho, agricultura, desenvolvimento social, meio ambiente e outros, e em diferentes esferas: produção, comercialização, controle de qualidade, acesso e consumo (CONSEA, 2004).

Segurança Alimentar e Nutricional é a realização de todos ao acesso regular e permanente à alimentação de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitam a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (Consea, 2004)

Se uma política de segurança alimentar garante apenas o acesso aos alimentos a um determinado grupo social, sua alimentação já não estará adequada. A política de SAN deve respeitar o contexto cultural no qual o grupo social está inserido.

Não se pode dizer que um conjunto de alimentos é ou não adequado sob uma perspectiva universal, pois, uma alimentação pode ou não ser de qualidade, por exemplo, conforme as crenças de uma determinada cultura. Logo, é necessário considerar os valores sócio-culturais ao se pensar em estratégias políticas de SAN, de modo a não se reproduzir uma política reducionista, a ponto de procurar satisfazer apenas o aspecto biológico da alimentação (FREITAS; PENA, 2007).

2.2 Alimentação e sua linguagem de sentidos

A alimentação nunca é uma ação isolada no tempo ou espaço. Alimentar-se é um ato muito complexo, pois envolve um universo de significados, ligados às sensações físicas, ao prazer, às emoções, à comunicação, ancestralidade, tradição, valores sociais, restauração, sobrevivência e identidade entre outros.

É toda uma gama seqüencial e interdependente de ações que o alimento provoca no corpo assim como as reações as quais o mesmo provoca. Estabelece-se uma primeira comunicação, a pré- adaptativa: a visual, a tátil e olfativa; em seguida, a gustativa, na qual se exploram as propriedades desse alimento e onde é possível

estabelecer uma comunicação ainda mais profunda, formada por simbologias culturais que dão ao indivíduo um lugar de pertencimento ou o levam a um questionamento sobre sua origem.

Também demarcam o seu espaço, reforçam a sua identidade e ainda permitem resgatar uma memória, seja pessoal ou familiar e com ela reproduzir uma história. Essa pequena reflexão objetiva mostrar que o ato de alimentar-se envolve muito mais do que satisfazer o corpo, restaurar a energia gasta ou repetir um hábito cotidiano necessário à sobrevivência. A alimentação pode estar vinculada a uma celebração religiosa, por exemplo, ou outra celebração especial, que não só representa o “matar a fome” (CEDEFES, 2008; FREITAS; PENA, 2007; MACIEL, 2001).

As práticas alimentares de um determinado grupo na sociedade são particulares e específicas conforme as características que o mesmo apresenta. Nem todos os grupos vivem da mesma forma, nem todos comem da mesma forma e nem se alimentam das mesmas coisas. Conforme explicam as autoras Maciel, Amon e Menasche (2008), o que pode ser sofisticado para uma cultura, pode ser exótico para outra e o inverso é verdadeiro. Mais simples ainda, o que é “comida” para determinados grupos não o é para outros, não importando aqui a composição química, o valor nutricional ou a qualidade, mas sim o que esse alimento representa nesse grupo.

À medida em que os grupos “selecionam” o que é comida ou não, o que é permitido ou proibido e assim os discriminam por algum motivo, formam-se os hábitos alimentares e com eles se cria uma identidade. A comida é, portanto, o carro-chefe da representação e organização social, seja qual for o tempo e lugar (CCAN-SUL,2001).

2.2.1 Alimentação/nutrição condicionadas por outros fatores:

Não se pode esquecer que alimentação/nutrição também é um processo complexo pelo fato de que não depende só de fatores culturais para acontecer. Os

alimentos escolhidos e as possíveis “comidas” resultantes também são hábitos formados a partir do que se tem à disposição, ou melhor, do que se consegue adquirir através do trabalho.

Pensando nisso, a alimentação depende fundamentalmente, do fato de se ter ou não o alimento para essa prática, assim, a partir da observação e análise dos alimentos que compõem a pauta alimentar de um determinado grupo, é possível identificar todo o contexto político, cultural e socioeconômico relacionado às escolhas e práticas alimentares.

O alimento/alimentação é direito de todo ser humano, sendo assim, esse alimento deve chegar a todo ser humano e estar assegurado sob vários aspectos, na sua quantidade e qualidade suficientes para saciar e suprir as demandas necessárias à nutrição, com frequência regular e permanente, produzido de forma natural, sem uso de práticas que o comprometam assim como à saúde humana (CONSEA, 2004).

Assim, quando qualquer um desses itens não ocorre, tem-se uma situação de insegurança alimentar, que é um problema que pode ser mascarado por nem sempre estar diretamente ligado a uma situação de fome, cuja manifestação é a mais grave.

Quando a segurança alimentar e nutricional de um grupo social estão ameaçadas, logo sua cultura alimentar também está e, possivelmente, sua identidade cultural, pois a alimentação é um forte marcador de identidade e de transmissão de saberes intergeracional. Ela permite a reprodução e preservação da cultura de um povo porque através dela se reconstroem memórias. As lembranças são constantemente ameaçadas, basta uma mudança espacial, basta uma alteração no meio social (CEDEFES, 2008; FREITAS; PENA, 2007; MACIEL, 2001; CCAN-SUL, 2001).

Numa situação de fome, ou mesmo insegurança alimentar, indivíduos se obrigam a se alimentar com uma dieta que pode ser “estranha” ou sem qualidade conforme o contexto cultural em que se inserem, perdendo aos poucos sua identidade, o que se pode chamar de “vulnerabilidade sócio-cultural”(grifo próprio).

2.2- Preservação da Cultura Alimentar como eixo para garantir a SAN

A partir do que foi elucidado até aqui, é possível afirmar que a cultura alimentar de um povo ou de um grupo social é facilmente mutável, porque assim como é construída por vários fatores, pode facilmente ser ameaçada, destruída ou completamente transformada. O problema é se esta modificação de hábitos e costumes se dá por causas externas à organização social do grupo e pior, sendo estas evitáveis.

A cultura e soberania³ alimentar pode ser o eixo central para promover e garantir a SAN, aliada à outros determinantes básicos, assim como a SAN e a soberania alimentar são capazes de promover e preservar a cultura de um povo.

O padrão alimentar hoje estabelecido por quem concentra poder, arraigado de uma “cultura industrial globalizada”, conforme cita Elaine de Azevedo (2006) faz com que haja um retrocesso histórico-cultural, em que os povos perdem cada vez mais sua identidade étnica, construída com a caracterização da cultura regional, que criou então a diversidade dietética. Somado à industrialização, tem-se o processo de modernização da agricultura, que interfere bruscamente no modo de se produzir, aumentando a pobreza e insegurança alimentar e nutricional e ainda contribui com o êxodo rural (RIGON em *et al.* 2006).

Essas transformações na sociedade são resultados de políticas ambiciosas e reducionistas que têm cada vez mais desvalorizado o trabalho rural e tentam fazer com que acreditemos que os alimentos vêm de um lugar que não da terra. É criado e reproduzido um sistema alimentar carregado de contradições no que se refere também à sustentabilidade, no qual há inversões de significados, representações e utilização dos alimentos.

A população rural passa a ter práticas agrícolas externas à sua vivência tradicional, tem sua mão-de-obra substituída pelo maquinário e tem como fator

⁷ Soberania Alimentar- Direito de decisão dos povos sobre a própria alimentação, de acordo com a cultura e o hábito alimentar (BRANCO, T.C., 2005).

ameaçador grave de saúde e da segurança alimentar e nutricional a utilização de fertilizantes químicos, agrotóxicos e sementes híbridas, implicando na diminuição da variedade e na extinção das sementes crioulas⁴. (BATISTA FILHO; RISSIN, 2003).

A própria transição demográfica, que levou ao aumento da população urbana, tem causado mudança na estrutura de ocupações e empregos, ocasionando grandes impactos na geração de renda, estilo de vida, inclusive a demanda nutricional. As práticas alimentares dos grupos humanos revelam suas condições de vida e a forma de relação que a sociedade estabelece com a natureza, sendo assim, todas essas mudanças vêm desestruturando os sistemas alimentares tradicionais, modificando a forma de produzir e consumir os alimentos, muitas vezes inibindo a prática ancestral de auto-consumo, pois a necessidade de geração de renda nas comunidades rurais faz com que haja redução do consumo alimentar em quantidade, qualidade e diversidade. (BATISTA FILHO; RISSIN, 2003).

Ao longo das décadas, constata-se que a expansão do agronegócio e das formas privadas de apropriação dos recursos naturais a ele associados contribuíram para acentuar a já elevada concentração da propriedade de terra no Brasil e limitar o avanço das políticas de reforma agrária (CONSEA, 2007).

Essa “revolução verde⁵” contribuiu e intensificou a situação de vulnerabilidade de grupos sociais, que têm como meio de subsistência e preservação de sua cultura a agricultura tradicional familiar. Conforme o relatório final da III Conferência Nacional de SAN (2007), o desenvolvimento da agricultura familiar é estratégico para a soberania alimentar e nutricional das populações do campo e da cidade e,

⁴ Sementes crioulas são as sementes naturais, sem modificação genética, cultivadas sem uso de qualquer aditivo químico, pelas práticas tradicionais da agricultura, livres de danos à saúde ou ao ambiente. São extraídas e selecionadas da própria safra pelos agricultores familiares, preservando a informação genética vegetal original, mantendo assim a variedade das sementes, o que permite preservar a cultura alimentar e salvaguardar a soberania alimentar, pois as sementes são a origem dos alimentos e identificam a cultura regional (Comissão Pastoral da Terra, 2003)

⁵ Apoiada em uma promessa de aumento da oferta de alimentos que proporcionaria a erradicação da fome, a Revolução Verde resultou em um novo modelo tecnológico de produção agrícola que implicou na criação e no desenvolvimento de novas atividades de produção de insumos (químicos, mecânicos e biológicos) ligados à agricultura. Foi baseada no uso intensivo de insumos químicos (fertilizantes e pesticidas). A partir da década de 1970, esse modelo passou a apresentar sinais de esgotamento cristalizados na identificação dos problemas ambientais ocasionados pelo uso intensivo de agrotóxicos e nos próprios limites de crescimento da indústria de insumos químicos (ALBERGONI; PELAEZ, 2007).

ainda, a expansão desordenada da fronteira agrícola, principalmente associada à monocultura, mediante a grilagem de terras ocupadas por comunidades tradicionais, assim como o não reconhecimento e demarcação de terras, é uma das principais causas de insegurança alimentar e nutricional.

2.3 Remanescentes de Quilombos... Definições e expressões de resistência:

Comunidades Quilombolas, [*Quilombo deriva de Kilombo, da língua Mbundo do tronco lingüístico Banto e significa jovens guerreiros, e do Quimbundo, acampamento arraial, povoação, união...*] (Moura, GT Clóvis, 2008) são o mais forte exemplo de grupos sociais que criaram resistência para defender sua identidade cultural.

"Mocambos", "quilombos", "comunidades negras rurais" e "terras de preto", em verdade, referem-se a um mesmo patrimônio cultural inestimável e em grande parte desconhecido pelo próprio Estado, pelas autoridades e órgãos fundiários. As autodenominações dos camponeses dizem respeito a uma herança histórica, que se renova há várias gerações de negros trazidos para o Brasil na condição de escravos. E para muitos desses grupos a sociedade envolvente ainda é tida como um ambiente hostil. Os Quilombos de hoje correspondem às chamadas terras de preto, ou Comunidades Negras Rurais, que se originaram de fazendas falidas, das doações de terras para ex-escravos, das compras de terras pelos escravos alforriados, da prestação de serviços de escravos em guerras (Balaiada, Paraguai) e das terras de Ordens Religiosas deixadas a ex-escravos no início da segunda metade do século XVIII (PNUD, 2005).

As Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional para a População Negra, assim como demais políticas públicas são necessárias não porque essa população seja diferente de outros grupos sociais sob um conceito de "civilização", como alguns meios de comunicação tentam afirmar. Sobre isso escreve Nascimento

(2007), na sua carta ao Presidente da República. Nela, evidencia que os meios de comunicação em massa deflagram uma campanha para tentar desarticular qualquer ação em prol das questões raciais, no que diz respeito a criar políticas voltadas às populações vulneráveis, num falso discurso anti-racista, que tenta inverter a posição dos multiplicadores da desigualdade sócio-racial. O direcionamento dessas políticas públicas é necessário pelo modo como se configurou o processo histórico-social brasileiro, que levou a população negra a uma situação grave de vulnerabilidade sócio-econômica.

Os primeiros estudos sobre quilombos realizados no Brasil, nos anos de 1930, passavam a idéia de que os negros fugitivos queriam construir “Estados Africanos” como reação a “não adaptação” a outras culturas, chamado de fenômeno contra - culturativo, ou seja, como se a manifestação da cultura negra fosse uma simples “rebeldia” em oposição à cultura branca européia, quando na verdade era a reafirmação de sua cultura e estilo de vida, com a qual resistiam à opressão, massacres e completa exclusão (MOURA, GT CLÓVIS, 2008).

Em 1960 surgiu a corrente materialista de pesquisadores, os quais revelavam as manifestações negras de resistência ao sistema escravista. Em contraposição à sua luta por sobrevivência, os negros eram considerados rebeldes e violentos pela sociedade. Todo esse processo gerou também os conflitos de terra no País. O estado do Paraná foi o mais violento em questões de terra nos anos de 70 a 90, com o maior número de conflitos agrários no país na década de 90. A origem do problema agrário do atual território nacional situa-se na implantação do regime de escravidão como elemento constitutivo do antigo sistema colonial (GT CLÓVIS MOURA, 2008).

2.4 A importância dos indicadores para a formulação, implementação e implantação de políticas públicas de SAN:

Para se discutir a situação alimentar de um determinado grupo, é preciso que se conheça esse grupo, que se conheçam seus antecedentes históricos, a situação

atual e a dinâmica de vida no meio no qual está inserido. Por mais que dois grupos de uma mesma raiz étnica encontrem-se em situação de vulnerabilidade, haverá em cada um, características diferenciadas que apresentarão demandas particulares.

Tem - se como exemplo a situação das duas comunidades quilombolas tratadas, ainda que dentro de um mesmo Estado, apresentam graus de vulnerabilidade diferenciados, de modo que, suas necessidades não podem ser supridas igualmente com uma única política.

Galeazzi, (1996) aponta que existem critérios tomados para se estabelecer pobreza e indigência, por exemplo, mas que estes devem se basear e se diferenciar de acordo com as regiões do país, porque há variações conforme as estruturas de consumo e custos de vida.

É preciso que se estude a fundo a história da diferenciação regional do país desde seu passado como economia escravagista exportadora de produtos primários, bem como industrial. Mais precisamente identificar quem são os pobres nos vários níveis e quais são os reais determinantes de pobreza conforme a realidade de cada grupo, inclusive entre os grupos vulneráveis. Compreende-se assim o papel dos indicadores na avaliação, monitoração e prioridade de atenção quando se fala em políticas públicas(GALEAZZI, 1996).

Hoje, as comunidades tradicionais do Paraná, vivem em situação precária e em insegurança alimentar e nutricional, assim como grande parte da população brasileira, sendo esta população de maior vulnerabilidade a de afrodescentes, o que se confirma com os dados apresentados pelo IBGE (2004), sobre segurança alimentar:

Domicílios Particulares:

Região:	Situação:	Branços:	Negros:	Total:
Em todo o Brasil	INSAN (moderada ou grave)	31,17%	68,46%	39.548.073
Meio Urbano		33,12%	66,44%	30.066.435
Meio Rural		24,98%	74,87%.	9.491.638

(IBGE, 2004)

População em INSAN no Estado do Paraná:

Região:	Situação:	Branços:	Negros:	Total:
Paraná	INSAN (moderada ou grave)	59,59 %	40,16 %	1.344.216

(Censo, 2000).

No Paraná, esses dados invertem-se um pouco, o que se dá pela proporção entre brancos e negros existentes nesse estado, apresentada pelo Censo 2000, quando o Paraná possuía uma população com 21,09% de negros. Deve-se considerar ainda que há uma “invisibilidade” do negro no Paraná e pode ser que haja muitas comunidades tradicionais que ainda não foram identificadas. O Paraná hoje é O “Estado Negro” do sul do País (GOMES; SILVA; COSTA, 2008).

Segundo dados do Cedefes (2008) o estado do Paraná tem 86 comunidades quilombolas identificadas. Esses grupos em todo o Estado Brasileiro sofrem constante ameaça de sobrevivência, como aponta o estudo da *FASE*, no Espírito Santo, em que as comunidades quilombolas perderam seu espaço físico de prática de sua cultura alimentar tradicional, para uma empresa privada de monocultura do eucalipto, que desvalorizou a cultura local e tornou a alimentação na região monótona, sem a variedade de antigamente.

Algumas das comunidades que recebem cesta básica do governo federal (pois não são todas que recebem esse auxílio emergencial, por questões até de não reconhecimento de muitas dessas comunidades, questões de localização e outras) têm uma dieta cheia de alimentos industrializados, que não pertencem aos alimentos de sua cultura e que afastam cada vez mais as novas gerações da cultura alimentar tradicional nessas comunidades.

O contexto de vulnerabilidade no qual está contida a população negra é o reflexo de um passado histórico de dominação que se perpetua com a forte exclusão social e com a desigualdade racial e social marcantes. Esta vulnerabilidade se

manifesta em vários indicadores sociais que constata a desigualdade social como fator preponderante de geração de Insegurança Alimentar e Nutricional.

Como apresenta Silva (2007), por exemplo, no Brasil, os negros são quase duas vezes mais atingidos pela insegurança alimentar e nutricional que os brancos. Dos 10% mais pobres de toda a população brasileira, 71% são negros. Na população negra está as maiores taxas de mortalidade infantil, mortalidade materna, mortes por causas externas, mortes por causas evitáveis e menor esperança de vida. O risco de uma criança menor de cinco anos morrer é de 60% superior ao de uma criança branca; o risco de morte por desnutrição é de 90% maior nas crianças negras.

Silva (2007) mostra ainda que a taxa de mortalidade das mulheres negras de 10 a 40 anos, por complicações de gravidez e parto foi de 2,9 vezes maior que a apresentada por mulheres brancas no Paraná, especificamente, o risco por morte materna é de 7,4 vezes maior para mulheres negras. Os filhos de mães negras no nordeste têm o risco de morte antes de completar um ano de vida 44% maior que os filhos de mães negras residentes no sul, apontando a importância de se considerar às diferenças regionais na implantação de políticas públicas.

A taxa de mortalidade infantil das crianças negras era cerca de 66% maior que das brancas em 2000. Mulheres negras soropositivas têm maiores dificuldades de acesso ao teste diagnóstico e às informações sobre terapia anti-retroviral para o recém nascido, além de maiores dificuldades de adoção de comportamentos de proteção à sua saúde que mulheres brancas também soropositivas.

Em 2001, 12,4% da população brasileira era analfabeta. Dessa, a proporção entre negros era de 18,2% e a entre brancos de 7,7%; a população branca estudava em média 6,9 anos e a negra apenas 4,7 anos. Os negros correspondem à cerca de 65% da população pobre e 70% da extremamente pobre, embora representem 45% da população brasileira.

Esses e outros tantos indicadores sociais e de saúde, reforçam a importância e urgente necessidade de Igualdade Racial como ponto de partida para garantir a

segurança alimentar e nutricional da população negra, sendo a segurança alimentar e nutricional parte integrante e promotora da saúde.

(Tabela 2.4.1) Alguns Indicadores relacionados às seis mesorregiões do Estado do Paraná:

Total de famílias	712
Analfabetas	20%
Concluíram o ensino médio	32% adultos (entre 18 e 65 anos)
Séries iniciais em defasagem por idade	67%
Séries do ensino fundamental em defasagem por idade	66%
Séries do ensino médio em defasagem por idade	50%
Sem instalação elétrica	> 50%
Total de habitantes	2.766
Não possui documentos como RG, CPF, certidão de nascimento ou título de eleitor	15%

(MOURA, GT CLÓVIS, 2008).

A ausência desses documentos interfere no encontro com a cidadania e, por conseguinte, no acesso aos bens e serviços básicos e de direito de todo brasileiro.

De um total de 712 famílias, mais de 50% delas não possui instalação elétrica. Grande parte da água é retirada do solo, indicando que pouquíssimas comunidades têm saneamento básico. A média de instrução escolar é baixa pelo difícil acesso, distância e transporte precário ou inexistente (MOURA, GT CLÓVIS, 2008).

Cerca de 20% dessa população é analfabeta, sendo que apenas 32% dos adultos (18-65 anos) concluíram o ensino médio e significa que a população economicamente ativa dessas comunidades está em total desqualificação. Os índices de defasagem idade/série são altíssimos; 67% das séries iniciais no ensino fundamental estão em defasagem; 65% das séries finais na mesma etapa e 50% no ensino médio. (MOURA, GT CLÓVIS, 2008).

A seguir apresentam-se os mesmos indicadores por microrregião que abrange a comunidades de João Surá e Palmital dos Pretos respectivamente.

Microrregião de Cerro Azul – PR :

(Tabela 2.4.2) Divisão por faixa etária

Menores de 1 ano	De 1 a 6 anos	Entre 6 e 14 anos	Entre 14 e 18 anos	Entre 18 e 65 anos	Acima de 65 anos	Total de habitantes
27	67	126	50	276	43	589

(MOURA, GTCLÓVIS, 2005-2008).

(Tabela 2.4.3) Escolaridade

Desinformados	105
Analfabetos	117
Ensino primário	218
Ensino Fundamental	82
Ensino Médio	26
Pós médio	13
Ensino superior	1

(MOURA, GT CLÓVIS, 2005-2008).

(Tabela 2.4.4) Ocupação

Desempregados	209
Bóias-frias	261
Recebem INSS	5
Carteira assinada	33

(MOURA, GT CLÓVIS, 2005-2008).

(Tabela 2.4.5) Benefícios

Sem benefícios	552
Bolsa família	15
Bolsa escola	13
Aposentados	4
Pensão	3
Bolsa alimentação	2

(MOURA, GT CLÓVIS, 2005-2008).

Microrregião de Curitiba

(Tabela 2.4.6) Divisão por faixa etária

Menores de 1 ano	4
Entre 1 e 6 anos	13
Entre 6 e 14 anos	49
Entre 14 e 18	17
Entre 18 e 65 anos	80
Maior que 65 anos	9
Total	172

(MOURA, GT CLÓVIS, 2005-2008).

(Tabela 2.4.7) Posse de documentos

Possuem CPF	51
Possuem RG	77
Título de eleitor	83

(MOURA, GT CLÓVIS, 2005-2008).

(Tabela 2.4.8) Escolaridade

Analfabetos	25,33%
Ensino primário	56,7%
Ensino fundamental	15,33%
Ensino médio	2,67%
Ensino superior	0

(MOURA, GT CLÓVIS, 2005-2008).

(Tabela 2.4.9) Ocupação

Desempregados	100
Carteira assinada	29
Bóias- frias	32
Recebem INSS	11
Aposentadoria	7
Bolsa família	2
Nenhum benefício	163

(MOURA, GT CLÓVIS, 2005-2008).

A partir dos dados apresentados, é possível entender a correlação entre os mesmos, uma vez que o nível de escolaridade é muito baixo, o que determina quão informada, instruída é a pessoa, que por sua vez influencia diretamente no acesso aos serviços, como obter documento que prova legalmente se o indivíduo existe perante a sociedade.

Sem instrução, sem documentos, os indivíduos vivem à mercê dos proprietários de terras, para os quais trabalham e muitas vezes plantam, mas sem receber remuneração correspondente. Assim, são poucos os recursos para se chegar aos bens e serviços que trazem qualidade de vida. Tem-se um ciclo de exploração, submissão, não exercício de direitos, precariedade no modo de vida e perda progressiva da identidade e memória familiar.

O bom estado nutricional, por sua vez, depende da segurança alimentar que envolve determinantes que se correlacionam e se complementam (culturais, educacionais, econômicos, políticos, sociais). Depende do acesso a todas às condições básicas necessárias para uma vida digna e de qualidade como moradia, abastecimento de água, condições sanitárias, acesso aos serviços de saúde, educação etc (GALEAZZI, 1996).

2.5- Saúde da População Negra

Os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País (Silva, 2007). Conforme o Manual de Participação e Controle Social para Equidade em Saúde da População Negra (2007), as desigualdades na área da saúde com as quais essa população convive, também são resultado de todo o contexto anteriormente citado que se revela cruelmente como racismo institucional⁶.

Logo, as políticas públicas criadas para contemplar a população negra precisam considerar três aspectos principais relacionados no manual: um é o enfrentamento do racismo na sociedade como um todo e nas instituições inclusive no Sistema Único de Saúde (SUS); o segundo é advocacia por respeito, diálogo e incorporação das formulações e práticas da cultura afro-brasileira, e o terceiro a atenção aos agravos prevalentes na população negra, que inclui além da prevenção e assistência à saúde, a defesa da implementação plena do SUS.

Não há como se pensar em políticas públicas de segurança alimentar e nutricional sem integrar processos de políticas sociais fundadas no princípio de Equidade Social (Freitas; Pena, 2007) e políticas públicas de inclusão social (SEPPIR, 2007). Assim, uma Política Pública de Segurança Alimentar e Nutricional deve incluir de modo claro os grupos vulneráveis e não deve ser voltada apenas para situações emergenciais de fome, mas sim ser pensada com estratégias que garantam a soberania alimentar a esses grupos.

Hoje há 3.524 comunidades quilombolas reconhecidas no Brasil, 2.800 a mais que no ano de 2003, sendo que apenas um terço delas possui certificação e, apenas, 500 processos de titulação estão em curso. Segundo dados da chamada nutricional quilombola(2008), pela classificação da Abep (Associação Brasileira de Estudos Populacionais), crianças de 0 a 5 anos, dentro de um grupo de 57% das

⁶ Uma das formas de prática do racismo que se configura como a impossibilidade das instituições oferecerem serviços com equidade as pessoas em função de sua origem étnico-racial e que produz falta de acesso , comportamentos discriminatórios e formulação de políticas que não atendem aos interesses da população negra, aumentando sua situação de desvantagem na sociedade (SILVA, 2007).

famílias quilombolas, encontram-se em residências desprovidas de instalações e equipamentos mínimos, estando os mesmos incluídos entre os 4% mais pobres de toda a sociedade brasileira.

Ainda segundo este estudo, os níveis de disparidade econômica e pobreza em que vivem crianças de 0 a 5 anos no universo das 60 comunidades quilombolas do estudo, é significativamente maior do que em todo o território nacional, uma vez que 50,3 % das crianças do país são pobres (famílias com rendimentos mensais per capita de até meio salário mínimo). Em relação ao saneamento básico, apenas 29,6 % das famílias recebe água da rede pública de abastecimento e 45,9% das famílias utiliza esgoto à céu aberto. Cerca de 7,5% da população de 11 anos ou mais consome menos que três refeições por dia.

Em 2005 a Fundação Cultural Palmares indicou a necessidade de atendimento por meio de entrega de cestas básicas a 24.139 famílias quilombolas em 19 estados, sendo que a demanda já é estimada em 54.896 famílias, apesar de continuar sendo distribuído o mesmo número. Quase 40% das comunidades conta com mais de 1000 habitantes, frente à média de 11% do total de todos os grupos populacionais pesquisados (MDS, 2008).

Então, analisando os dados apresentados, fica visivelmente exposta a real e triste situação da população negra em nosso País. A situação de exclusão, omissão e invisibilização do negro, sempre apoiada pelo mito da democracia racial, especialmente no Estado Paranaense.

É fato inegável que avançamos muito nas políticas públicas, principalmente nas políticas de alimentação e nos aspectos que priorizam a atenção para os grupos mais vulneráveis. O foco dado ao combate à fome pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, desde 2003, se torna um marco na mudança da política pública do País e reaviva a esperança de equidade sob todas as faces em nossa sociedade. Entretanto, há muito a se fazer. É preciso vencer as barreiras institucionais que ainda tornam o caminho, entre a implementação e a implantação das políticas, muito extenso.

No Paraná, os avanços nas políticas públicas de inclusão são representados pela busca e identificação das comunidades quilombolas do Estado, que por muito tempo foram invisibilizadas, nas quais as políticas de SAN projetadas para tais ainda não são realizadas na sua integralidade.

Como é possível garantir SAN sem soberania alimentar? Como uma comunidade pode ser soberana sem terra para produção de alimentos? Como proteger suas terras sem documentação legal? Como obter o título de posse sem serem reconhecidos enquanto cidadãos de direito? Como lhes conferir o direito de cidadania sem reconhecer e resgatar sua história? Como preservar uma cultura alimentar cujos hábitos cada vez mais são violados e modificados pelo não acesso aos bens e serviço básicos para a sobrevivência, saúde e desenvolvimento humano?

Se as políticas públicas, especialmente as de SAN voltadas às comunidades de remanescentes de quilombos não puderem dar soluções aos problemas supracitados, então elas não são configuradas para resolver o problema da INSAN desses grupos, tão pouco estarão interessadas em incluí-los social e/ou economicamente.

3- METODOLOGIA

A pesquisa teórica tem por objetivo ampliar generalizações, definir conceitos mais amplos, estruturar sistemas e modelos teóricos, relacionar e enfeixar hipóteses numa visão mais unitária do universo e gerar novas hipóteses. Permite a reflexão sobre as informações do assunto estudado e, a partir de tais, a criação das próprias concepções. A pesquisa de campo, por sua vez, consiste na observação dos fatos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados e no registro de variáveis relevantes para as posteriores análises (RUIZ, 1996; SEVERINO, 2000).

Muito mais interessante quando o referencial teórico pode ser confrontado com a prática vivenciada no trabalho de campo, permitindo assim a constatação ou contraposição do que antes colocado pelos autores referenciados.

3.1 Universo amostral, coleta de dados e considerações éticas

A comunidade João Surá localiza-se na microrregião de Cerro Azul, a 50 km da sede do Município de Adrianópolis, região do Alto Vale do Rio Ribeira do Iguape, na fronteira entre Paraná e São Paulo, nas áreas compreendidas pela confluência do Rio Ribeira como Rio Pardo e os limites do Parque Estadual das Lauráceas. É formada por 41 famílias e 149 habitantes. Possui uma escola de 1ª a 4ª série; a escola de 5ª a 8ª série se distancia 24 km (Porto Novo) da comunidade e a de Ensino médio, se distancia 30 km (Vila Mota). A distância entre o posto de saúde mais próximo e a comunidade é de 24 km (porto Novo) e entre o hospital mais próximo de 18 km(CLÓVIS, GT MOURA, 2008).

A comunidade Palmital dos Pretos integra a região metropolitana de Curitiba. Está situada a 83 km da sede do Município, na fronteira deste com o município de Ponta Grossa. Formada por 24 famílias e 88 habitantes. Possui uma escola de 1ª a 4ª série e se distancia 25 km (Três Córregos) da escola de 5ª a 8ª série e 30 km da de ensino médio (Três Córregos). O posto de saúde mais próximo situa-se há 10 km (Santa Cruz-Ponta Grossa) e o hospital a 83 km (Campo Largo ou Ponta Grossa). [CLÓVIS, GT MOURA, 2008].

Fizeram parte da pesquisa 12 famílias da comunidade João Surá e 8 famílias da comunidade de Palmital dos Pretos, sendo que o critério de inclusão para as entrevistas foi a idade, cuja preferência foi dada aos mais velhos haja vista que eles têm mais experiências de vida e carregam as memórias familiares, culturais e logo as alimentares há mais tempo e, portanto, se encaixam melhor nos objetivos propostos pela pesquisa.

As informações sobre a comunidade foram obtidas através das entrevistas realizadas com os moradores das mesmas, de faixa etária entre 40 e 86 anos, que responderam aos questionários presente no ANEXO I, II e III.

Portanto, foram utilizadas técnicas de investigação como entrevistas, que, por sua vez, consiste num diálogo entre pesquisador e pesquisado para colher dados relevantes para a pesquisa em andamento. Utilizou-se perguntas abertas e/ou específicas e fechadas (RUIZ, 1996; SEVERINO, 2000).

O formulário (questionário), preenchido pelo próprio pesquisador de acordo com as respostas do entrevistado, tem a vantagem de permitir esclarecimentos verbais adicionais às questões de entendimento mais difíceis e pode ser aplicado a analfabetos ou pessoas de baixa instrução (RUIZ, 1996; SEVERINO, 2000).

Dessa forma para a coleta dos dados foi assinado um Termo de Consentimento Livre Esclarecido (anexo IV), conforme normas regulamentadoras contidas na Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, sobre pesquisa envolvendo seres humanos, e as normas da Universidade Federal do Paraná.

3.2 Dos instrumentos de coleta

Na pesquisa de campo, a utilização de entrevista e questionário foi fundamental para a obtenção das informações relevantes à cultura alimentar nas comunidades pesquisadas, uma vez que nem todas as informações necessárias para atingir os objetivos da pesquisa poderiam ser conseguidas, somente, através da observação dos hábitos nessas comunidades, havendo necessidade de troca direta de saberes e memórias entre pesquisadora e os moradores.

O roteiro de entrevista foi composto por questões mais abrangentes. Enquanto que os questionários traziam especificidades como o Questionário de Frequência Alimentar e o Recordatório 24 horas, com enfoque habitual e não em apenas um dia.

3.2.1- Métodos de Inquéritos Dietéticos:

A valorização e o reconhecimento dos padrões dietéticos são temas de grande importância no campo da saúde pública, contribuindo para fundamentar e orientar políticas de alimentação e nutrição, bem como se constituem como métodos preditivos para avaliar o estado de saúde da população. Com a avaliação dietética é possível identificar grupos populacionais de alto risco, elaborar programas de intervenção nutricional assim como monitorar o custo benefício dos mesmos. Os inquéritos dietéticos fornecem informações qualitativas e quantitativas sobre a ingestão de alimentos, a nível individual ou populacional. São muito importantes para identificar o padrão de consumo alimentar e relacioná-lo com o risco de morbimortalidade, identificar graus de vulnerabilidade de determinados grupos e avaliar os programas de intervenção. (CINTRA et all. 1997; CUPPARI, 2005).

Para avaliar o consumo alimentar habitual de uma população, é preciso levar em consideração que a dieta de um indivíduo varia em relação ao seu consumo diário, semanal ou sazonal e de um grupo para outro devido a alguns fatores como o acesso, forma de preparo, modo de se alimentar, quantidade e tipos de alimentos entre outros, sendo que a magnitude dessas influências é fortemente determinada por fatores sócio-econômicos, culturais e ambientais (CINTRA et all.1997 ; CUPPARI, 2005).

Apesar dos inúmeros avanços no campo da epidemiologia e da nutrição, ainda há muita dificuldade pela falta de instrumentos com validade e reprodutibilidade que possibilitem a aferição da relação dieta e estado de saúde com confiança e precisão. Não há um método ideal de inquérito alimentar, portanto, para escolher o mais adequado ao estudo em questão, é necessário observar o objetivo do estudo, as características da população, a exatidão do método, os recursos disponíveis, local de pesquisa e custo benefício, além das vantagens, aplicações e limitações (CINTRA et all. 1997; CUPPARI, 2005).

3.2.2 - Método Quantitativo

Recordatório 24 horas: Método concebido por *Burke et. al* no final da década de 30 e desenvolvido por *Wiehl* no final dos anos 40 e que tem por objetivo obter informações completas sobre os alimentos ingeridos por um indivíduo durante o período de 24 horas, geralmente o dia anterior, do desjejum até a ceia. Sua principal aplicação é estimar a ingestão de alimentos e/ou nutrientes por grupos de indivíduos. (CINTRA et all. 1997; CUPPARI, 2005).

Recordatório 24 horas- Método quantitativo:

Modo de aplicação	Vantagens	Desvantagens
O entrevistado pode escrever ou relatar quais os alimentos fizeram parte da refeição durante todo o dia anterior, assim como os respectivos horários, preparações e se possível, quantidades, mesmo em medidas caseiras.	-Na maioria das vezes é realizado nos domicílios; - Não requer que o entrevistado seja alfabetizado; - Exige pouco esforço; - Não interfere no comportamento alimentar e é pouco dispendioso.	- Não representa a ingestão habitual; - Há dificuldade de estimar as porções; - Depende da memória.

(CINTRA et AL; 1997; CUPPARI, 2005).

3.2.3 - Método Qualitativo

Questionário de Frequência de Consumo: É considerado o mais prático e informativo método de avaliação da ingestão dietética. Fornece informações qualitativas sobre o consumo alimentar utilizando-se medidas caseiras para estimar as porções dos alimentos consumidos, sendo de caráter semi-quantitativo. O número e o tipo de alimentos presentes na lista variam de acordo com o propósito da avaliação, portanto, adequou-se os referidos métodos à realidade das comunidades (CINTRA et all. 1997; CUPPARI, 2005).

Questionário de Frequência Alimentar-Método qualitativo:

Modo de aplicação	Vantagens	Desvantagens
<p>Consiste no registro ou descrição da ingestão usual com base em uma lista de diferentes alimentos e em sua frequência de consumo por dia, semana, mês ou ano. A lista é formada por alimentos previamente selecionados, que podem ser agrupados segundo sua composição nutricional.</p>	<p>- Rapidez e menor custo; -Estima ingestão habitual; -Classifica conforme níveis de consumo;</p>	<p>Requer memória; A quantificação é pouco exata.</p>

(CINTRA et AL;1997; CUPPARI, 2005).

4- RESULTADOS E DISCUSSÕES

As entrevistas foram realizadas dentro de uma conversa de caráter informal, após apresentação e familiarização com os membros de cada família e estas ocorreram nas casas dos moradores. A duração média foi de 40 a 50 minutos, pois em meio à conversa os moradores puderam contar sobre sua história na comunidade e um pouco do seu dia-a-dia.

Aspectos considerados intergeracionais, ou seja, que diziam respeito aos antepassados da pessoa entrevistada como: conhecimento sobre origem da comunidade, lembranças sobre os alimentos/preparações que existiam no tempo da infância e/ou anteriormente; mudanças ocorridas com o tempo e prováveis causas; alimentos produzidos atualmente e a forma de produção; alimentos não mais produzidos e motivos; programas governamentais dos quais participam; projetos

desenvolvidos na comunidade; hábitos alimentares atuais e dificuldades encontradas no dia-a-dia da comunidade foram contempladas.

Somente após esse diálogo, seguia-se com a aplicação do questionário QFA e do Recordatório 24 h com enfoque habitual, de acordo com a rotina da comunidade.

As visitas foram realizadas em dois finais de semana, 04 de abril em João Surá e 30 de Maio em Palmital dos Pretos. Foi necessário o deslocamento até o respectivo município sede e, depois para o interior do mesmo – para as respectivas comunidades -, um itinerário longo e com condições adversas de clima, que aumentavam diante da impossibilidade de conseguir transporte. Um fator considerado limitante para a realização do trabalho de campo foi o tempo destinado à realização da pesquisa, além de ser curto, tinha-se a necessidade de conciliar outras atividades da graduação. A idéia inicial da pesquisa era a vivência na comunidade.

4.1-Historiando a Comunidade João Surá – aspectos gerais

A comunidade de João Surá possui esse nome, conforme relatos dos quilombolas, pela existência de um garimpeiro francês que buscava ouro na região para vender em Iporanga – interior de São Paulo - e que morreu na cachoeira de um rio que deságua no rio Pardo.

Os negros estão no local há mais de 200 anos, são descendentes dos escravizados que fugiram da mina de ouro que havia em Apiaí/SP. As famílias por muito tempo resistiram às invasões de pescadores, mineradores e madeireiros, foram pressionadas pelos fazendeiros a vender suas terras por valores irrisórios. A agricultura, o extrativismo, a pesca e a criação de animais são as atividades de subsistência (CAMBUY, 2006).

Ainda há atividades como artesanato em argila, madeira e taboa. É uma comunidade quilombola que se diferencia da outra comunidade quilombola

estudada, por ter maiores investimentos, apoio e vínculos com projetos da Universidade Federal do Paraná. Caracteriza-se como uma *comunidade modelo*, pois apesar de apresentar muitos problemas, vem configurando-se como referência no Estado do Paraná em termos de estrutura, organização social e reprodução de práticas culturais tradicionais. Se esta vem apresentando-se como tal, a partir das informações expostas adiante, pode-se imaginar a situação e o grau de insegurança alimentar e nutricional das demais comunidades quilombolas do Estado do Paraná.

Sua estrutura está organizada em um núcleo e bairros circunvizinhos. As casas que a compõem são na sua maioria de madeira e alvenaria, são providas de energia elétrica, água encanada e geladeira. No núcleo da comunidade concentram-se o posto de saúde, no qual há visita de um médico de quinze em quinze dias, uma escola multisseriada, onde lecionam professores que se deslocam todos os dias de Adrianópolis, uma nova pequena escola, sem instalação de energia elétrica e uma sala com quatro computadores, onde funciona a conexão com a internet via satélite, financiada por um projeto da Universidade Federal do Paraná.

Na capela, o padre comparece quinzenalmente para realizar as confissões e rezar a missa. As casas que ficam no núcleo, uma seguida da outra, são habitadas por adultos e idosos, restando um número pequeno de crianças. Muitos dos jovens vão para a cidade em busca de emprego e mudança de vida.

Em relação à agricultura, o pouco que se produz é para consumo próprio, ainda que se produzisse mais, a venda seria difícil, pois não há um programa de incentivo ao pequeno produtor/ produção familiar para geração de renda nessa comunidade.

“Verdura quase não se planta, porque se não perde porque não há forma de vender” (M. Ap^a, 61 anos).

Assim, fica evidente que no processo que se dá a implantação das políticas públicas desde a sua criação há impasses que impossibilitam que grupos vulneráveis, como essas comunidades quilombolas, participem de fato desses

programas que os contemplam legalmente. O PAA⁷, Programa de Aquisição de Alimentos, por exemplo, não chega às famílias quilombolas em questão, uma vez que estas famílias não têm a terra para praticar a agricultura e também não são atendidas enquanto categoria de consumidores.

Dentre os alimentos cultivados, encontram-se o arroz, feijão, milho, mandioca, amendoim, batata, batata-doce e hortaliças como couve e alface. A maior dificuldade em relação à produção de alimentos é a falta de terra. C.A.M, planta arroz e milho do outro lado do rio, já no estado de São Paulo, porque é o único pedaço de terra que tem :

“fica difícil passar por causa dos fazendeiros e há gado solto na beira do rio, assim os alimentos plantados viram pasto. O arroz é semente resgatada dos avós. Café se colhe o que tem. A plantação diminui por falta de terra e por causa da plantação de pinus que ocupa o espaço e encharca a terra. O palmito que tinha foi extinto” (C.A.M, 50 anos – entrevistada da Comunidade João Surá)

De semente crioula se tem pouco, arroz e feijão basicamente, que algumas famílias conseguiram guardar e replantar. O feijão rosinha tem sido mantido há 20 anos. Muito se perdeu conforme as mudanças no plantio de geração para geração:

⁷ PAA- Programa de Aquisição de Alimentos é uma das ações do Fome Zero, visa garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada através do fortalecimento da agricultura familiar e geração de trabalho e renda no campo, por meio da aquisição dos produtos da agricultura familiar e dos assentados da reforma agrária. Os beneficiários produtores são os agricultores familiares participantes, agricultor familiar do PRONAF, organizados, preferencialmente, em cooperativas e associações, inclusive agroextrativistas, indígenas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, pescadores artesanais, aqüicultores, familiares, assentados da reforma agrária, trabalhadores rurais sem terra acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20/11/2003), ribeirinhos e demais comunidades e povos tradicionais. Os beneficiários consumidores são as pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional (crianças, gestantes, idosos, dependentes químicos em tratamento, deficientes, doentes, famílias, indígenas, quilombolas, acampados da reforma agrária, pessoas atingidas por barragens, vitimadas por calamidades públicas, moradores de rua e de lixões, dentre outros) atendidas por programas sociais, instituições governamentais ou não governamentais integrantes da rede socioassistencial (creches, abrigos, albergues, asilos, hospitais públicos, APAES, Cozinhas Comunitárias, Banco de Alimentos, etc) que forneçam refeições (BRASIL, 2009).

“Não têm mais semente crioula; os mais novos passaram a planta e agora têm que compra as semente”. (J. M., 84 anos-Comunidade João Surá).

Essa declaração indica que os mais novos, sem muito conhecer sobre a importância das sementes crioulas e induzidos às novas técnicas de plantio, acabaram extinguindo as poucas sementes que as famílias conseguiram cultivar com o passar do tempo.

Outro problema em relação à plantação é a questão da composição e modificação do solo pela pecuária extensiva, monocultura, tratamento inadequado do solo como uso de agentes químicos entre outros, como relata um morador da comunidade:

“O manejo é diferente, a terra ficou sem tempo de se recompor, o solo era queimado; tinha bastante capim e braqueara, a criação comeu tudo; o solo ficou muito compactado, perdeu a nutrição e o solo não produz mais como antes” (A.B.A, 41 anos, morador da Comunidade João Surá).

Isso é resultado da concentração de terra, somada à tecnificação da agricultura, uso da monocultura em detrimento da variedade de alimentos, modernização das técnicas antigas de plantio, o que também leva à perda de memórias e costumes relativos à produção, acesso e escolha de alimentos, bem como da simbologia que envolve a alimentação.

Muitos moradores acabam servindo de mão de obra barata para empresas florestais, inclusive estrangeiras, por não terem outra fonte de renda. Aqui se repete a velha exploração do trabalhador rural, que diante da necessidade e falta de opções para garantir o sustento de sua família, submete-se ao trabalho pesado sem retorno financeiro justo.

Pensando num sistema alimentar que tem não o início, mas sim o ponto final no meio rural, conforme observado nas comunidades do estudo, surgem dúvidas preocupantes em relação à significação que o alimento e a forma como é produzido,

remetem nos dias atuais, indicando uma distorção da verdadeira origem dos alimentos e do valor da terra.

4.1.2 - *Historiando sobre hábitos, costumes e práticas alimentares*

Sobre os hábitos culturais tradicionais dos quilombolas, obtiveram-se algumas informações relevantes que marcam as características da comunidade. A maioria dos hábitos étnicos relativos à alimentação ficou no passado, mas alguns ainda são praticados pelas famílias, como manter a cozinha separada do resto da casa. Essa prática carrega uma crença que não permite que coisas mortas entrem na casa, ficando estas restritas ao espaço em que ocorrerá a transformação do que está morto em vida (GOMES, Jr; SILVA; COSTA, 2008).

Contudo, muitos dos hábitos e práticas alimentares não mais fazem parte do cotidiano quilombola ou foram modificados pelos fatores externos:

“Os fazendeiros tomaram conta do espaço, dificultou a plantação e o hábito de preparo dos alimentos”(C.A.M, 50 anos- Comunidade João Surá).

“Comida com óleo não sente o gosto. Com banha fica bom o tempero”. “Pra faze biju tem que colocar banha, no pão também, banha dá sabor!”C.A.M.

Conforme relatado pelos moradores da comunidade, deixaram de consumir a banha do porco porque o médico disse pra trocar por óleo, porque faz mal.

Nas falas fica marcada a valorização de um hábito, o de utilizar a banha do porco nas preparações e sua influência no sabor do alimento.

O excesso no consumo de óleo vegetal é tão prejudicial quanto o uso da banha de porco. Se há o acesso a essa gordura a partir do abate do animal, porque desprezará-la em detrimento do uso do óleo vegetal que deve ser adquirido comercialmente?

Mais fácil seria trabalhar com esses grupos o modo de aproveitar a gordura, utilizando apenas o suficiente para dar ao alimento a característica a qual as

gorduras conferem sem que a mesma prejudique a saúde. Cabe aqui uma intervenção nutricional através da orientação e educação alimentar e nutricional, que se constitui num processo a longo prazo, pois os hábitos só podem ser transformados com o tempo.

A banha também era utilizada como meio de conservar alguns alimentos, como a carne:

“A carne de porco era guardada na banha, já frita” (P.A F.67 anos).

E ainda era utilizada como matéria-prima na produção de sabão. Criavam porcos, tratavam com milho e usavam a banha para fazer o sabão de cinza (banha, soda e cinza do fogão à lenha). Sentem falta das coisas que não produzem mais.

Antes faziam farinha de milho, de mandioca e rapadura. Agora ainda conseguem fazer canjica, pamonha, bolo, mingau, paçoca e prensada. Alguns aprenderam a fazer doce de rapadura com os avós. Cuscuz de arroz não se faz mais; muitos comiam, mas não aprenderam a fazer. Fazem pastel de farinha de milho e café de rapadura (garapa no lugar de açúcar), porém, os mais novos preferem açúcar branco.

O problema da terra aparece mais uma vez, como fator determinante na quantidade, variedade e origem dos alimentos:

“Há uns trinta anos pra cá começou essa história de comprar coisas no mercado; depois que entraram os fazendeiros acabou a plantação, não tem terra pra nós” (C.A.50 anos).

O trabalhador rural valoriza a terra, pois dela vem o seu sustento. Não ter direito legal sobre ela sabendo que na verdade lhe pertence por direito, por herança há tantos anos, deixa fortemente marcada a sensação de impotência, principalmente perante a situação de INSAN em que se encontra.

O café no bule em cima da chapa é um hábito que valoriza a memória do costume familiar, assim como não usar a panela de pressão para cozinhar o feijão e sim a panela simples tampada apenas.

Fazer a rapadura e a farinha de mandioca já não é mais hábito porque além de não terem a terra, ficaram sem cavalo e sem a moenda.

Os mais antigos comiam capivara, porco do mato, bugio, macaco; matavam, cortavam fino, salgavam, penduravam e deixavam defumando. Do osso do macaco faziam o cachimbo. Tinham uma maior variedade de alimentos e se viravam com o que a natureza oferecia.

Ocorreu uma aculturação em relação aos hábitos alimentares; “monetarizou-se” o acesso aos alimentos, fazendo com que o conhecimento tradicional de manipulação de alimentos e recursos para o auto-consumo se perdesse (CANESQUI, GARCIA, 2005).

Os utensílios eram de ferro, lata e madeira, portanto tinham maior resistência e durabilidade, não existiam coisas de plástico, além de conferirem sabor diferenciado aos alimentos neles preparados:

... “Comida na panela de ferro era mais gostosa; começaram a achar que a panela de ferro era feinha”(A.B.A, 41 anos- comunidade João Surá).

Aqui fica evidente que os costumes foram modificados também pela absorção de fatores externos pelos mais novos, como a incorporação do discurso que diz que as práticas diferentes das modernas são ultrapassadas.

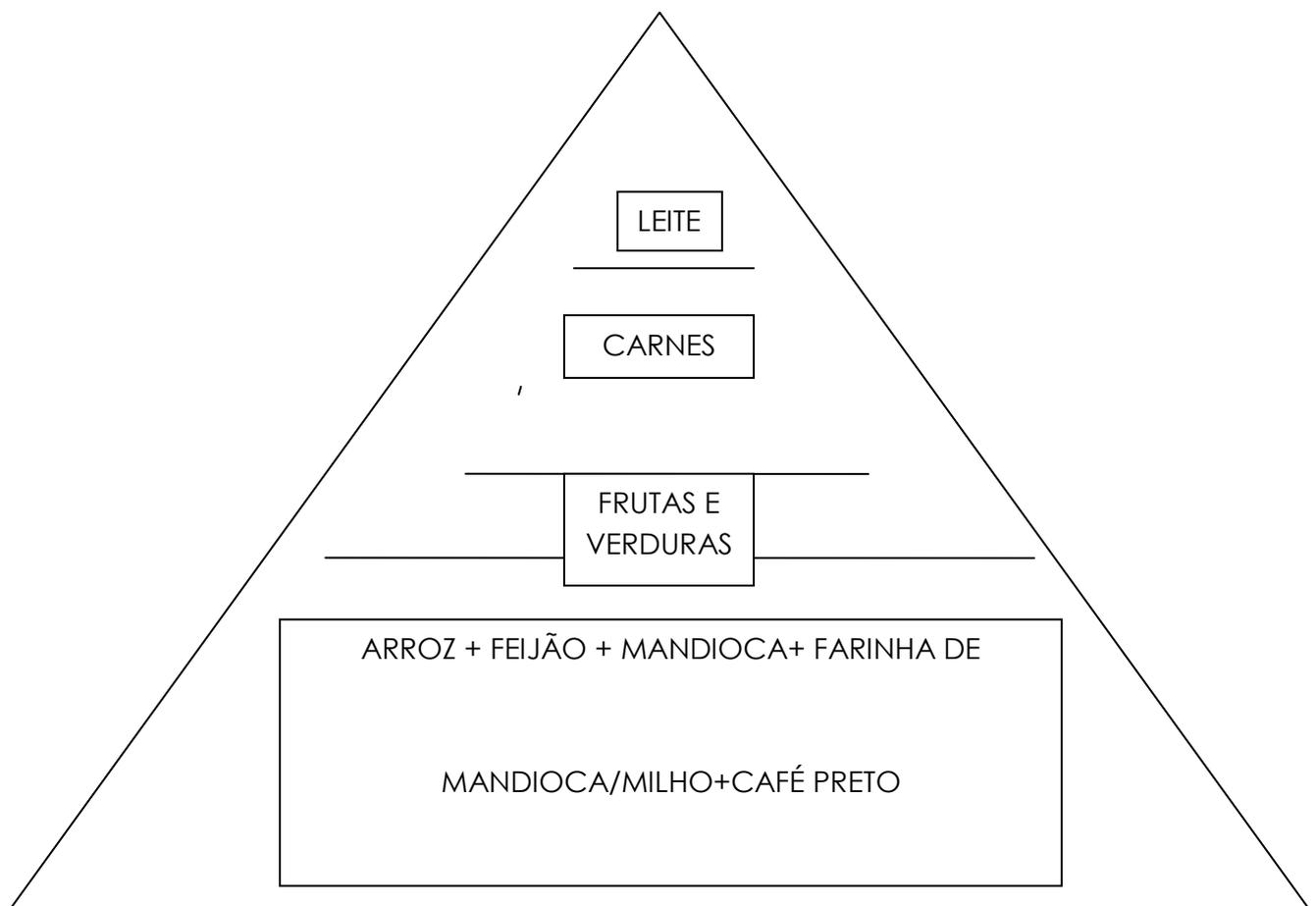
Os moradores mais velhos relatam que os jovens já não têm dedicação à agricultura como os pais, uma porque precisam do tempo para o estudo e outra que não têm interesse, fazendo com que a força de trabalho diminua e juntamente a produção de alimentos, uma vez que os mais velhos não mais conseguem praticar esse trabalho por terem debilidades criadas com o tempo de trabalho pesado na roça. Também relatam que antigamente tudo era mais fácil, já que a terra dava tudo o que precisavam, só compravam querosene e sal:

*“A vida era melhor do que agora, porque tinha tudo, criava porco, plantava mais coisas”
(A.P.P, 60 anos-Comunidade João Surá)*

Os alimentos utilizados na comunidade são oriundos do animal, como galinha caipira, porco; das árvores de frutas nativas como ingá, araçá, ariticum, ata, jabuticaba, jatobá, laranja, banana e os alimentos cultivados como, arroz, feijão, mandioca, milho, batata e hortaliças. No entanto, a maior parte dos alimentos consumidos é de origem externa à comunidade (CAMBUY, 2006).

Os alimentos consumidos com mais freqüência, com base no questionário de freqüência alimentar e recordatório habitual são arroz, feijão, farinha de milho e/ou trigo, mandioca, batata e café preto.

A base diária da alimentação das famílias entrevistadas é o arroz com feijão e farinha, e o café preto. O leite e as carnes, são pouco consumidos ou quase nunca. As frutas consumidas são as da época e as hortaliças ficam entre alface, couve, almeirão e chuchu, sem muita variação.



Conforme o recordatório habitual, a alimentação diária das famílias tem o padrão a seguir:

Refeição	Horário	Alimentos	Preparação
Desjejum	5:00 – 7:00	Café+mandioca ou polenta; Raramente pão	Mandioca ou polenta frita
Almoço	11:00 -13:00	Arroz+feijão+milho/mandioca; macarrão; couve; Galinha caipira ou peixe; raramente carne bovina.	Farinha de milho ou de mandioca; salada de couve ou refogado; frango ou peixe frito.
Lanche da tarde	15:00	Café+mandioca ou batata-doce; café apenas; banana apenas.	Mandioca ou batata-doce frita
Janta	18:00 -21:00	O mesmo do almoço.	Igual ao almoço.

["Os saberes e as prática alimentares dos agricultores quilombolas, de suas famílias e de sua comunidade é um produto da história de vida dos seus antepassados, um reflexo da disponibilidade de diferentes alimentos da localidade onde residem, e de sua capacidade econômica e física de ter acesso aos mesmos"](BERALDO,2006).

Os hábitos alimentares formados pelos conhecimentos e memórias dos antigos passam a se modificar com as interferências do meio, seja ele físico, sócio-ambiental, econômico e político de modo que a prática da alimentação se torna uma fusão dos conhecimentos ancestrais e necessidades atuais. As mudanças são

prejudiciais quando interferem de tal modo que desconfigurem a identidade étnica do grupo o que é agravado ainda com os bombardeios midiáticos, busca por emprego e mercadorias nas cidades e composição e contexto das cestas básicas.

Há mercado apenas em Adrianópolis, aonde os moradores vão geralmente uma vez por mês comprar óleo e outros produtos. Uma moradora da comunidade abriu um pequeno armazém, junto a um bar, como geração de renda, onde são comercializados, além das bebidas alcoólicas, salgadinhos, refrigerantes e doces, dos quais os últimos são consumidos freqüentemente pelas crianças, tornando-se hábito na alimentação das mesmas.

Nas comunidades quilombolas é possível identificar o hábito tradicional de consumo de alimentos como o milho, e a mandioca, que se constituem desde o tempo dos “antigos” como sendo “comida forte”, designada para dar sustento ao trabalho braçal. Apesar disso, muitas preparações ou “comidas” feitas com esses alimentos não são de domínio de todos os moradores. Alguns comiam, mas não aprenderam a fazer.

Verifica-se a importância de resgatar as memórias familiares sobre os costumes dos “antigos” como ferramenta de manutenção da cultura alimentar através do conhecimento dos alimentos tradicionalmente produzidos, consumidos e preparados, para que se possa reproduzir essas práticas.

Algumas preparações descritas pelos quilombolas da comunidade João Surá:

Nome da Preparação	Ingredientes	Equipamentos/utensílios	Modo de preparo:
* <u>Cuzcuz de arroz</u>	Arroz, água, sal, amendoim.	Pilão, balde, escorredor.	Soca o arroz no pilão, coloca de molho num balde d'água de um dia para o outro; soca de novo e tempera com sal e amendoim e põe no escorredor em banho-maria.

<u>*Farinha:</u>	Mandioca	Ralador, prensa, forno	rala, seca na prensa ou no burro sob a cela e depois torra no forno à lenha por 4 horas.
<u>Biju com amendoim</u>	Farinha de mandioca, sal, amendoim,	Folha de bananeira, tacho de cobre, forno à lenha.	Tempera com sal e enrola na folha de bananeira e põe na chapa. É a mesma massa da farinha de mandioca
<u>Paçoca de amendoim</u>	Amendoim, rapadura, farinha de mandioca	Forno à lenha, tacho, Pilão	torra o amendoim, descasca, soca no pilão com rapadura e farinha de mandioca
<u>Virado de banana</u>	farinha de mandioca ou de milho, banana caturra e óleo		
<u>*Mistura</u>	carne de porco, peixe do rio e palmito;		
		*tráfico=	roda de moer farinha; fornalha também não se usa mais.

Algumas ervas medicinais usadas pelos quilombolas desde os tempos antigos:

Plantas	Utilidade:
Pacova	erva para mal estar de estômago e dor de cabeça. As ervas eram dadas antes de dormir e colocavam cobertor em cima para suar-suadouro-curava qualquer coisa

<u>quina branca</u>	dor de barriga, baixa a diabete
<u>quiné</u>	defumação da casa com pinga na sexta feira da paixão; não se usa mais;
<u>espinheira santa</u>	gastrite, dor nas costas
<u>alfavaca</u>	gripe e também é tempero
<u>levante</u>	diarréia, gripe
<u>taiuiá</u>	200 tipos de doença
<u>hortelã pimenta=</u>	gripe
<u>erva cidreira</u>	gripe
<u>folha de laranjeira</u>	gripe
<u>hortelã</u>	garganta e pulmão
<u>poejo</u>	pulmão
<u>quebra pedra</u>	rim

A posição que se ocupa dentro de um sistema de produção determina também os hábitos alimentares, os quais não se constituem apenas como alimentos que são consumidos habitualmente, mas porque se tornaram habitualmente consumidos. Por isso a importância de preservar os saberes e práticas alimentares na preservação da identidade cultural (BERALDO, 2006)

Os hábitos alimentares carregam símbolos que são partilhados entre os membros do mesmo sistema cultural, logo, sobrevivem a partir do momento em que são praticados coletivamente. Outro fator fundamental que tem garantido a resistência de alguns costumes, bem como da própria sobrevivência do grupo social é o espírito de solidariedade e reciprocidade. Mesmo que a família não tenha o alimento em quantidade e variedade suficiente para o próprio consumo, faz questão de oferecê-lo a quem quer que chegue em seu lar, é uma questão de honra. Mesmo a “mistura”(carne) que não é consumida regularmente, geralmente é feita quando há visita, significando para a família que a refeição está completa.

4.2-Historiando a Comunidade Palmital dos Pretos – aspectos gerais

A comunidade de Palmital dos Pretos recebeu o nome como referência à rica quantidade de palmito que por lá existiu. Hoje extinta.

É formada por famílias que vieram de distintas regiões do Estado e são todos aparentados de uma mesma família. Os proprietários que vivem ao redor foram chegando aos poucos, ocupando e formando suas fazendas a partir das terras quilombolas. Essa comunidade vive uma realidade bem distinta da comunidade antes relatada, pois os quilombolas vivem em condições insalubres.

As casas quilombolas misturam-se à comunidade formada em grande parte por famílias descendentes de poloneses.

As casas são de pau-a-pique, ou melhor, o mais próximo da construção de pau-a-pique, pois possuem vãos, permitindo que entre vento e chuva. O chão é de terra batida. Praticamente não há móveis ou utensílios, basicamente prateleiras, banco de tábua e fogão de barro ou à lenha.

Mais de cinquenta por cento das famílias entrevistadas não possui geladeira e nenhuma delas possui banheiro. Têm energia elétrica e água encanada em sua maioria. Não há coleta de lixo, saneamento básico, posto de saúde ou escola na comunidade. Passa uma Kombi que leva as crianças à escola da cidade, pela manhã às 5:30 e para a turma da tarde 11:30. Não há nenhum tipo de acompanhamento por agentes comunitários, médicos ou qualquer outra assistência básica. Há um armazém na comunidade onde os alimentos são vendidos a altos preços.

A agricultura é pouco praticada por falta de terra, força de trabalho e recursos:

“Deu pouco feijão por falta de terra e pela seca. Às vezes se faz parceria com os proprietário de terra pra pode planta algo ou como forma de pagamento pelo trabalho exercido na propriedade”(L., 76 anos).

“Não dá para plantar em volta da casa porque os cavalos comem; os cavalos são o único meio de transporte que a gente tem”(R., 49 anos).

Há grande concentração de renda e terra, tecnificação da agricultura, privilégio da monocultura, pecuária extensiva e uso do solo rural como reserva de valor (GALEAZZI, 1996).

Há uma horta comunitária, mas apenas duas famílias participam. Os demais relatam não participar devido à problemas de saúde. Uma das famílias que participam da horta é a da líder da comunidade:

“Eu planto feijão, milho, batata-doce, abóbora, mandioca, batatinha. Tudo com semente crioula. O governo mando em finalzinho de outubro de 2008 pra consumo e de lá nós tiramo as semente. A Emater ensinô fazê adubo orgânico. Meus cunhado planta amendoim; bananeiro eu planto também com muda dos vizinho. Nativo mesmo é laranja, mixirica, amexa, amora. A única coisa que não é nativo é a maçã e a poncã. Eu plantei mas num deu. Manga num dá, acho que é por causa do frio. Abacate dá ! Antes trabalhava só na roça e dava para sobreviver, quando os “donos” das terras passaram a não plantar mais para criar gado, tivemos que procurar outra coisa para sobreviver”. (Lenita, Líder da comunidade Palmital dos Pretos).

“Antes era tudo crioulo, agora tem que compra tudo e a terra é fraca”(Ducimar, 40 anos).

4.2.1-Historiando sobre hábitos, costumes e práticas alimentares

“No tempo bem antigo eis (os mais velho)só comprava o sar. O café também eis faziam de milho. Tudo era tirado da terra. Agora não, não faz mais farinha, os fazedô de manjolo não fazem mais. No Sete Salto de Baixo ainda tem manjolo (minjolo) que soca com água... e também forno nós tinha. Foi indo, imprestando pros vizinho fazê fritura...foi entregando enferrujado. A gente tem o coração mole, tem dó, mas eu gostava de fazê farinha... Se água aqui desse pra fazê minjolo, mas esses pinu aí eles chupam a água”.

[...Vo vortá nos tempo antigo: meu pai mesmo criava porco, cabrito...agora por causa das portera... a portera fica aberta. A gente compra as carne mas num sabe de onde vem...](Lenita).

Os moradores da comunidade têm o hábito muito forte de consumir chimarrão, desde o tempo dos avós, sinal de que é um costume que foi repassado entre as gerações e se mantém por representar uma marca da identidade regional. Além disso, um hábito formado pelo contexto histórico do processo de libertação dos escravos no Estado do Paraná, onde ao lado do trabalhador “livre”, os escravos trabalhavam na colheita, transporte e comercialização da erva-mate (GOMES, Jr; SILVA; COSTA, 2008).

Grande parte dos alimentos consumidos é comprada, mostrando tanto a falta de terra e recursos para a produção de alimentos, como a incorporação de hábitos formados sob a perspectiva de limitado acesso aos alimentos.

“A gente compra açúcar, sal, erva-mate, café, trigo, arroz, azeite” (L.)

Mesmo a banha é comprada. O Dono da mercearia compra toucinho em Curitiba, faz fritura e vende a banha aos moradores com preço elevado. Se tivessem condições de criar porco utilizariam a própria banha, não submetendo-se a pagar altos preços por um produto de qualidade ruim.

Há muitos pés de laranja, mexerica e caqui. Essas frutas chegam a ser desperdiçadas em época, pois a quantidade é mais que o suficiente para o consumo e não há possibilidade de venda, pois não há nem mesmo o transporte até a cidade. Entraria aqui o PAA, valorizando os alimentos da região, gerando renda às famílias quilombolas e distribuindo produtos que são vendidos a preços elevados no

mercado. Há de se pensar ainda na criação de cooperativas para aproveitamento desses alimentos, produção de geléias, sucos etc.

Os alimentos mais consumidos na comunidade são o arroz, feijão, farinha, virado, café preto e chimarrão. O consumo de hortaliças é baixíssimo. As carnes são consumidas muito raramente, não há uma efetiva criação de animais, apenas algumas galinhas caipiras e no máximo um porco para abate no final do ano. O leite utilizado é apenas o leite do Programa Leite das crianças, que chega de Kombi duas vezes na semana, uma entrega de 4 pacotes e outra de 3 pacotes, totalizando a quantia equivalente a 1 pacote por dia para cada criança de até 3 anos de idade.

O consumo de óleo é elevadíssimo, tendo uma lata, duração média de 3 dias, fato este que pode explicar o sobrepeso observado em muitos moradores da comunidade, quadro bastante agravado ao constatar que uma criança de pouco mais de 1 ano de idade pesa 17 kg, que seria o peso estimado para uma criança de pelo menos 4 anos de idade, pelo percentil 50 conforme dados da organização mundial da saúde (OMS, 2006).

Esse consumo está relacionado à busca por alimentos mais calóricos, na falta de alimentos em quantidade suficiente, que dão maior sensação de saciedade. É urgente a intervenção da educação, inclusive educação nutricional para fortalecer a luta contra a exclusão social e assim acabar com a monotonia da dieta alimentar. Provocar com a educação, mudanças nos hábitos alimentares distorcidos, modo de vida e de higiene que em muito é desconhecido pela comunidade.

Essas condições de vida dos quilombolas, resulta também em problemas de saúde como os mentais, que atinge grande parte da população negra, pelas próprias condições de exclusão, depressão e baixa estima(BRASÍLIA-DF, 2008; GUÉRIOS, STOLTZ, 2007; MS-BRASÍLIA, 2005).

Mais de cinquenta por cento das famílias entrevistadas recebe o bolsa família e o leite das crianças. Algumas delas ainda não recebem o recurso, como conta uma moradora da comunidade, que a inscrição para o Bolsa Família há quatro anos, mas nunca recebeu. Uma outra relata que teria 20,00 pelo benefício, mas entre ir e voltar da cidade para recebê-lo, voltaria com praticamente nada.

A falta de transporte público na comunidade é um agravante ao não acesso dos moradores aos serviços dos quais precisam. Fica extremamente difícil se deslocar até a cidade e não há quem se desloque da cidade até a comunidade regularmente, seja um profissional da saúde, seja assistente social etc.

A fonte de renda é sempre o filho jovem que trabalha como pedreiro em Curitiba ou na empresa de Pinus da região e/ou a aposentadoria dos idosos. Com esses recursos os moradores mantêm o seguinte padrão de alimentação:

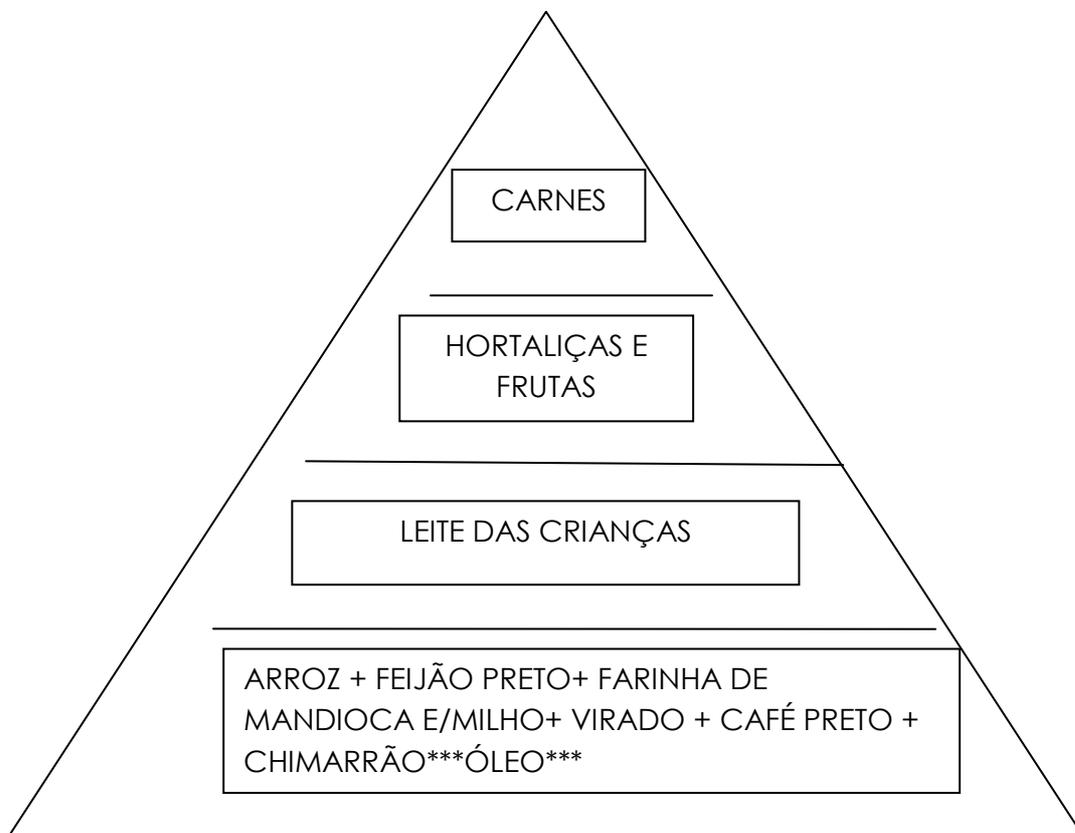
A alimentação diária traçada a partir do recordatório habitual

Refeição:	Horário:	Alimentos:	Preparação:
Desjejum	4:00 -7:00	Feijão+café +leite/ mate	Virado de feijão; leite das crianças; chá
Almoço	11:00 -12:00	Arroz+ feijão + milho ou mandioca e macarrão ou batata	Farinha de mandioca ou milho; refogado de batata.
Lanche da tarde	15:00	café preto ou nada	
Janta	18:00 -20:00	Mesmo do almoço	

A alimentação é composta de basicamente três refeições diárias, cuja base é o arroz, feijão, farinha de mandioca e de milho. O virado é a comida principal, pois une todos esses alimentos. O hábito de comê-lo inclusive na refeição inicial do dia vem da tradição do trabalho na roça, cujo prato de “comida” no lugar do pão e café

simboliza a alimentação “forte”, capaz de dar sustento para o trabalho pesado(WOOTMAN, 1978).

Pirâmide alimentar constituída por alimentos habitualmente consumidos na comunidade:



Preparações e expressões quilombolas:

Nome da Preparação	Ingredientes	Modo de preparo
*zoiúdo	ovo	Termo caipira usado para ovo frito ou virado de ovo.
virado de	feijão, alho, cebola,	Mistura-se tudo, mexe ao fogo; Geralmente

feijão	banha, farinha de milho	usa-se o feijão já requentado.
Bolo de garrafa	Farinha de trigo ou milho, leite, açúcar ou sal .	Massa do bolinho de chuva; corta-se a massa com tampa de garrafa pet para esticar.
Janta completa	Arroz, feijão, macarrão, batata, salada, carne ou ovo.	Faz referência específica ao fato de se ter a carne para oferecer; para visita.
*Vorassa		. = refogado;
Caruru		= alimento tipo legume, nativo.
Cuzcuz	Milho, sal ou açúcar.	Comida feita de milho, que se cozinha só com o “bafo”; não se faz mais porque não tem pilão nem “mijolo” (instrumento movido com o pé).
Varana		= tipo de palmito nativo;
Manjolo		Instrumento feito de “madeira boa” de imbuia, movido à água, usado para fazer farinha.
Gancho		Panela pendurada em cima do fogão de barro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados apresentados, se confirma o fato de que a Segurança ou a Insegurança Alimentar e Nutricional é uma situação conseqüente de vários fatores em equilíbrio ou não e que esta deve ser alcançada e mantida, pois não é imutável.

Conforme explicita Galeazzi, (1996), o ato da alimentação depende de complexos mecanismos de decisão dos produtores capitalistas, do papel de intervenção do estado, dos subsídios à agricultura, do grau de concentração da terra e do capital investido na indústria alimentícia. Concordo com a idéia da autora de que a academia responde de forma tímida ainda a essas questões sociais. Falar de SAN exige integrar a multidisciplinaridade, uma vez que a fome não é uma conseqüência técnica nem isolada e sim resultado de uma gama complexa de fatores sociopolíticos.

Para que a segurança alimentar e nutricional de um indivíduo seja garantida regularmente, não basta que se dê alimento para acabar com sua fome, é indispensável garantir todos os seus direitos, inclusive o de entender e exercer sua cidadania (ABA, 2006).

Em um processo de contínua construção e complementação do conceito de segurança alimentar e nutricional, é imprescindível que se conheça o papel da cultura na alimentação, entender porque alimento é alimento e comida é comida. Saber quando o alimento passa a ser comida e a própria comida deixa de ser alimento, dentro de um contexto de InSAN.(BERALDO, 2006).

É possível garantir a SAN através de políticas que promovam e preservem as práticas culturais, mas em situação de InSAN, não se pode manter os hábitos culturais etnográficos.

Para se realizar a alimentação segura, regular e que respeite a tradição e a memória da cultura de um povo, as políticas de SAN devem garantir o acesso à terra, em quantidade suficiente para a produção da agricultura familiar, de

subsistência e geração de renda, com recursos que incentivem a produção de alimentos sem uso de técnicas predatórias; financiar projetos, trabalhos alternativos para geração de renda e desenvolvimento social, incluindo todas as idades.

É visível a necessidade de reestruturação econômica da comunidade, a construção de moradias de qualidade, suprir as necessidades básicas como, transporte, assistência médica e nutricional capacitada para atender especificidades quilombolas. Capacitar os moradores da comunidade para que eles mesmos levantem e resolvam ao menos emergencialmente, os problemas da comunidade relativos à atenção básica à saúde, como planejamento familiar, questões de alcoolismo que atinge muito as famílias quilombolas, educação em higiene doméstica e asseio pessoal.

Também é necessária a reestruturação do currículo escolar de forma que seja voltado à realidade da comunidade e supra demandas básicas do mercado de trabalho, para tanto formar professores próprios da comunidade.

Para reverter os hábitos prejudiciais incorporados nas comunidades, é indispensável levar a educação e acompanhamento nutricional e concomitantemente, resgatar a cultura alimentar através do registro das memórias dos quilombolas e recompor a pauta tradicional da dieta alimentar quilombola.

Através de um trabalho multidisciplinar, será possível realizar mudanças e melhorar a auto-estima e por sua vez a qualidade de vida dos quilombolas.

BIBLIOGRAFIA

ABA/MDA- **Prêmio Territórios Quilombolas**. Brasília, 2006.

ALBERGONI, LEIDE; PELAEZ, VICTOR. **Da Revolução Verde à Agrobiotecnologia: Ruptura ou Continuidade do Paradigma**. Revista de Economia, vol.33. nº1 Jan/Junho 2007.

AMON, Denise; MENASCHE, Renata. **Comida como Narrativa da Memória Social**. Sociedade e cultura, v. 11. Jan/Jun 2008.

BATISTA FILHO, MALAQUIAS; RISSIN, ANETE. **Transição Nutricional no Brasil_ Tendências Regionais e Temporais**. Cad.Saúde Pública vol. 19. Rio de Janeiro, 2003.

BATISTA, Luis E.; KALCKMANN, Suzana. **Seminário Saúde da População Negra**. SP, 2004.

BERALDO, N.A.S. **Prêmio Territórios Quilombolas - Saberes e Práticas Alimentares dos Agricultores quilombolas da comunidade Moçambique**, 2006.

BRASIL. **DESENVOLVIMENTO SOCIAL**. Guia de Políticas e programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS. Brasília - DF, 2008.

BRASIL.**DIRETRIZES VOLUNTÁRIAS em apoio à realização progressiva do direito à alimentação adequada no contexto da Segurança Alimentar Nacional**. BRASÍLIA, DF.2005. Disponível em < www.abrandh.org.br>.

BRASIL, MS. **Projeto de Desenvolvimento de Sistemas e Serviços de Saúde**. OPAS/OMS/SAS. Brasília, DF.

BRASIL. **Projeto Fome Zero_ Uma Proposta de Política de Segurança Alimentar**. Brasília DF, 2001.

CAMBUY, Andreia. **Perfil Alimentar Da Comunidade Quilombola João Surá: Uma abordagem etnográfica.** UFPR. PR, 2006.

CANESQUI, Ana M; GARCIA, Rosa W. D. **Antropologia e Nutrição: Um Diálogo Possível.** 2005.

CASTELLO BRANCO, Telma. **Segurança Alimentar e Nutricional no Nordeste do Brasil: Algumas Experiências.** Ano 2. Nº 2. 2005.

CASTRO, Josué. **Geografia da Fome.** O Dilema Brasileiro: Pão ou Aço. 10ª Edição. RJ, 1980.

CASTRO, Josué. **Geopolítica da Fome.** 5ª edição. SP, 1959.

CEDEFES Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva. **Carta de Abdias do Nascimento.** Fonte: Marcos Cardoso. Dez.2007. Disponível em: <www.fase.org.br>.

CEDEFES Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva. **Estudo Aponta Precariedade Alimentar em Quilombos.** Fonte: <www.fase.org.br>. Em 27 outubro 2008.

CEDEFES Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva. **Quilombos no Paraná.** Fonte: Home Page Paraná Online. Maio, 2008. Disponível em: <www.fase.org.br>.

CIVITAS:CCAN-SUL. **Resgate de Memórias Alimentares de Curitiba.** Teses e Monografias. Curitiba, 2001.

CONAB-MAPA. **Oficina de Documentação Participativa do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar-PAA.** Região Sul. Curitiba, 2006.

CONAC.Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. **Manifesto pelos direitos Quilombolas.** 2008.

CONSEA. **III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Por um Desenvolvimento Sustentável com Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Relatório Final 2007.

CONSEA. **Princípios e Diretrizes de Uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional**. Textos de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, Julho 2004.

COSTA, Hilton; BAPTISTA DA SILVA, Paulo V. **Notas de História e Cultura Afro-brasileiras**. Curitiba PR, 2007.

CPT-Comissão Pastoral da Terra. **Fórum Nacional Mundial**. Via Campesina Gaúcha. Porto Alegre, RS. Jan.2003. Fonte: <www.cptnac.com.br> .

CUPPARI, Lilian. **Nutrição Clínica no Adulto**. 2ª edição. Editora Manole. 2005.

CINTRA; VON DER HEYDE; SCHIMITZ; FRANCESCHINI; TADDEI;SIGULEM. **Métodos de Inquéritos Dietéticos**. Cadernos de Nutrição. Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição. SP, 1997.

DA SILVA, José marmo; DARACH, Solange; LOPES, Fernanda. **Atagbá-** Guia para Promoção de Saúde nos Terreiros. RJ, 2005.

DA SILVEIRA BUENO, F. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. FTD. SP, 2007.

DE AZEVEDO MSC, Elaine. **Mudanças nos Modos de Viver e de se Alimentar a Partir da Adoção do Padrão Técnico Moderno de Produção de Alimentos**. UFSC, 2006.

DOS ANJOS, RAFAEL S. Araujo. **Coleção África-Brasil**. Cartografia para o Ensino aprendizagem.vol. 1. 2ª edição. Brasília, 2005.

ESTADO DO PARANÁ. **Terra e Cidadania: Terras e Territórios Quilombolas**. Grupo de Trabalho Clóvis Moura. Relatório 2005-2008. Curitiba PR, 2008.

FREITAS, Maria do Carmo S.; PENA, Paulo G.Lopes. **Segurança Alimentar e Nutricional: A produção do Conhecimento com Ênfase nos Aspectos da Cultura.** Ver. Nutrição. Vol.20 nº1. Campinas Jan/fev 2007.

GOMES JÚNIOR, Jackson; DA SILVA, Geraldo L; COSTA, Paulo A. B. **Paraná Negro. 1ª Edição. Curitiba PR, 2008.**

GALEAZZI, M.A.M. **Segurança Alimentar e Cidadania.** A contribuição das Universidades Paulistas. Campinas- SP, 1996.

GUÉRIOS, Ettiéne; STOLTZ, Tania. **Educação, Inclusão e Exclusão Social: Contribuições para o Debate.** Curitiba, 2007.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade Racial no Brasil: Evolução das Condições de Vida na Década de 90.** RJ, Julho 2001.

HERINGER, Rosana. **Desigualdades Raciais no Brasil: Síntese dos Indicadores e Desafios no Campo das Políticas Públicas.** Caderno Saúde Pública. RJ, 2002.

HOMERO, Maria N.; DE BAIROS, Fernanda S.; MIRANDA, Regina da S. **População Negra e Insegurança Alimentar e Nutricional.**

IBASE. **Repercussão do Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional das Famílias Beneficiadas.**

INSTITUTO CULTURAL E DE PESQUISA ILI AYE ODARA. Africaxé- Jornal/Revista. **Os Negros e a Marginalização Social.** Outubro 1992_ano 2.nº 3. Curitiba PR.

INSTITUTO CULTURAL E DE PESQUISA ILI AYE ODARA. Africaxé- Jornal/Revista. **A Cabeça de Zumbi e o Terror Colonialista.** Novembro-1992-ano 2 nº 4.

INSTITUTO CULTURAL E DE PESQUISA ILI AYE ODARA. Africaxé- Jornal/Revista. **Yemanjá-Rainha do Mar no Candomblé e na Umbanda.** Dezembro 1992.ano 2 nº 5.

INSTITUTO CULTURAL E DE PESQUISA ILI AYE ODARA. Africaxé- Jornal/Revista. **Olodum: Afro-bloco-negro-Brasil**. Ano 3. nº 6. 1993.

INSTITUTO CULTURAL E DE PESQUISA ILI AYE ODARA. Africaxé- Jornal/Revista. **Morte Ritual no Congo. Uma Crítica à Francis Keykjavak**. Ano 3 nº 7 1993.

INSTITUTO CULTURAL E DE PESQUISA ILI AYE ODARA. Africaxé- Jornal/Revista. **Centro de Resistência Cultural e Religiosa Negra dá obrigação ao Pejigon Glauco Souza Lobo**. Ano 4 nº 8 1994.

INSTITUTO CULTURAL E DE PESQUISA ILI AYE ODARA. Africaxé- Jornal/Revista. **Cota uma Lição Necessária/ Religião e Identidade Negra**. Jan.2004 ano 1 nº 0.

INSTITUTO CULTURAL E DE PESQUISA ILI AYE ODARA. Africaxé- Jornal/Revista. **Paraná: O Estado Negro da Região Sul**. Agosto 2004. Ano 1.

INSTITUTO CULTURAL E DE PESQUISA ILI AYE ODARA. Africaxé- Jornal/Revista. **Paraná Negro: Entra de Camarada e Sai de Patrão**. I Encontro de Educadores Negros e Negras do Paraná. Jan.2005 ano II nº 2.

INSTITUTO CULTURAL E DE PESQUISAS ILI AYE ODARA. Africaxé- Jornal/Revista. **Curitiba 300 anos. Negro não?** Jornal Revista. Setembro, 1992. Ano 2. Nº 2. Curitiba PR.

MACIEL, Maria E.; **Cultura e Alimentação ou o que têm a ver os macaquinhos de Koshima com Brillant-Savarin?** Horizonte Antropológico. Vol. 17. Nº 16. Porto Alegre. DEc.2001.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. -Secretaria Executiva. Subsecretaria de Planejamento e orçamento. **A Saúde da População Negra e o SUS: Ações Afirmativas Para Avançar na Equidade**. Brasília DF, 2005.

MDS. **SAN-Segurança Alimentar e Nutricional**. Trajetórias e Relatos da Construção de uma Política Nacional. Brasília-DF, 2008.

MDS- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Políticas Sociais e Chamada Nutricional Quilombola**: estudos sobre condições de vida nas comunidades e situação nutricional das crianças. Cadernos de Estudos. Desenvolvimento Social em debate. Nº 9. Brasília, 2008.

OLIVEIRA DA SILVA, Marta. **Participação e Controle Social para Equidade em Saúde da População Negra**. Rio de Janeiro, 2007.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Gráfico em Percentil de peso por idade, meninos menores de cinco anos- 2006**. Disponível em <[HTTP://nutricao.saude.gov.br/sisvan](http://nutricao.saude.gov.br/sisvan). >.

PNAD-Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílios , 2004. **Segurança Alimentar 2004**. Tabela 1.9.1.

PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Fome Afeta 90% das Vilas Quilombolas**. 04 jan.2005. Disponível em: <www.pnud.org.br>.

PRONEGRO- **Programa e Atenção à Saúde da População Negra**. UFBA Salvador-BA.

RIGON, Silvia A.; DINIS FILHO, Luis L.; BRANDENBURG, Alfio; CASSARINO, Julian P. **A Alimentação como Forma de Mediação da Relação da Sociedade Natureza**_ Um Estudo de Caso sobre Agricultura Ecológica e o Auto Consumo em Turvo - PR. Brasília DF Maio, 2006.

RUIZ, João A. **Metodologia Científica**. Guia para eficiência nos estudos. 4ª Ed. SP, 1996.

SALAY, Elisabete. **Política de Alimentação e Nutrição**: Evolução das Abordagens. Revista Caderno de Debate. 1993.

SEPPIR. **AJEUN' Novas Perspectivas para Garantir a Segurança Alimentar e Nutricional TRIBUTO À MULHER NEGRA-** III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. SEPPIR/GOV. 2007.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do Trabalho Científico.** 21ª Ed. SP, 2000.

TAKAGI, Maya; BELIK, Valter. **A implantação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil:** entre a caridade e os gastos sociais.2006.

TAVARES, J. Cesar; GARCIA, Januario. **Diásporas Africanas na América do Sul: Uma Ponte sobre o Atlântico.** Brasília, DF 2008.

WOOTMANN, Klaas. **Hábitos e Ideologias Alimentares em Grupos Sociais de Baixa Renda:** Relatório Final. Brasília, 1978.

ANEXO I: Questionário aberto (preenchido conforme relatos dos moradores entrevistados):

- Há quanto tempo é morador (a) da comunidade?
- Quantas pessoas moram na casa?
- Há energia elétrica?
-Há água encanada?
- Saneamento básico?
-Há banheiro?
- Há geladeira?
- Seus avós eram escravos? E seus pais? Conhece a história deles?
- O que recorda dos tempos passados, dos seus pais, avós (memórias);Como viviam, o que plantavam, como plantavam, que preparações faziam.
- Ainda mantêm alguns desses hábitos, costumes?Quais?
- Se não, por quê?
- Plantam atualmente? O que? Como? (De onde vêm as sementes, quais são crioulas);
- Quais alimentos/produtos são comprados?
- Qual a fonte de renda?
- De quais programas governamentais participa?
- Participa de algum projeto comunitário, como a horta??
- Se não, por quê
- Há escola na comunidade? Transporte?
- Há posto de saúde? Agente comunitário?
- Do que mais sente falta?

ANEXO II: RECORDATÓRIO 24 h

Nome:

Data nascimento:

Sexo:

Escolaridade:

Nº membros na família:

Refeição/hora	Quantidade (medida caseira)	Preparação/alimento	Origem
Primeira refeição			
Lanche da manhã			
Almoço			
Sobremesa			
Lanche da tarde			
Janta			
Última refeição			

ANEXO IV: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Ministério da Educação
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO
 PARANÁ**
 Setor de Ciências da Saúde
 Diretoria do Setor de Ciências da
 Saúde



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisadora responsável: Ariane Cristina Ferreira de Souza

Este é um convite para você participar voluntariamente da pesquisa intitulada “**Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional da População Negra: Um Resgate da Cultura Alimentar em Comunidades Quilombolas**”. Esta pesquisa trata de um estudo das Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional voltadas à população negra, em relação aos aspectos culturais e identidade negra e de que forma acontecem as ações políticas nas comunidades tradicionais quilombolas. Por favor, leia com atenção as informações abaixo antes de dar seu consentimento para participar ou não do estudo. Qualquer dúvida sobre o estudo ou sobre este documento pergunte ao pesquisador com que você está conversando neste momento.

• OBJETIVO DO ESTUDO

Investigar as Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional voltadas à População Negra, tanto na teoria quanto na prática, no que diz respeito ao resgate e manutenção da cultura alimentar nessa comunidade quilombola do Estado do Paraná. Busca-se conhecer os hábitos alimentares dos remanescentes de quilombos, identificar o que é próprio da sua cultura e como é feito esse resgate diante da situação na qual se encontram.

PROCEDIMENTOS

A pesquisa na comunidade será feita com estudo de caso através de conversas com os moradores mais velhos, vivência e acompanhamento das atividades das famílias, observação dos hábitos e trocas de experiências. As conversas poderão ser gravadas, dependerá da sua autorização e posteriormente serão arquivadas nas dependências do Departamento de Nutrição para eventuais consultas durante o tempo regulamentar (cinco anos). Se autorizadas, serão retiradas algumas fotografias da comunidade. Também será utilizado o questionário de Escala Brasileira de Insegurança Alimentar(EBIA), Questionário

de Frequência Alimentar e Recordatório de 24h, que são métodos simples e próprios da nutrição.

- **EFEITOS ADVERSOS/RISCOS/ DESCONFORTOS ESPERADOS OU PREVISTOS**

Não haverá nenhum tipo de risco para você enquanto participante desta pesquisa, pois ela será realizada de forma simples, sem modificar a rotina da comunidade e não vai prejudicar a sua condição de beneficiário das Ações de Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional em sua comunidade.

- **BENEFÍCIOS**

-

Os benefícios serão as divulgações das dificuldades encontradas na comunidade, para a criação de novas Políticas Públicas de Segurança Alimentar e nutricional que garantam a preservação dos hábitos culturais dessa comunidade em estudo, assim como do direito à alimentação adequada.

- **DESPESAS/ RESSARCIMENTO DE DESPESAS DO VOLUNTÁRIO**

A pesquisa será realizada por estudante, sendo assim não haverá nenhum envolvimento com gastos, nem por parte da pesquisadora nem por parte da comunidade.

PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA

A sua participação neste estudo é *voluntária*, só participa se quiser. Mesmo que você decida participar, poderá desistir do estudo a qualquer momento, sem que isso traga qualquer prejuízo para você.

GARANTIA DE SIGILO E PRIVACIDADE - Qualquer informação que for divulgada, seja qual for o lugar, isto será feito sob forma de código, sem aparecer nenhum nome de morador da comunidade para evitar qualquer constrangimento.

- **ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS** - Você pode e deve fazer todas as perguntas que achar necessárias antes de concordar em participar do estudo.

- **IDENTIFICAÇÃO** - A sua identificação será mantida em segredo. Os resultados do estudo serão publicados sem revelar a sua identidade.

- **EQUIPE DE PESQUISADORES**

Os pesquisadores envolvidos nesse projeto são:

Professora da Nutrição Islandia Bezerra da Costa-(41) 3366-4010/8884-3011

Professor da Antropologia Marcos Silva da Silveira-(41) 3357-6156

Estudante de Nutrição Ariane Cristina Ferreira de Souza – (41) 3366-9732/9159-2341 ou pelo E-mail: negrarisouza@gmail.com.

Você poderá entrar em contato com qualquer um dos pesquisadores a qualquer momento se precisar ou se tiver alguma dúvida ou problema.

COMITÊ DE ÉTICA DO SETOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

Fui informado que este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Paraná e que no caso de qualquer problema ou reclamação em relação à conduta da pesquisadora deste projeto, poderei procurar o referido Comitê, localizado no Setor de Ciências da Saúde/UFPR – Rua: Pe.Camargo, 280 – 2º Andar – Tel: 3360-7259.

Consentimento livre e esclarecido:

Li ou alguém leu para mim as informações contidas nesse documento antes de assinar este termo de consentimento. Declaro que tive tempo suficiente para ler e entender as informações acima. Declaro, também, que toda a linguagem técnica utilizada na descrição desse estudo de pesquisa foi satisfatoriamente explicada e que recebi respostas para todas as minhas dúvidas. Confirmando também que recebi uma cópia deste termo de consentimento. Compreendo que sou livre para me retirar do estudo em qualquer momento sem perda de benefícios ou qualquer outra penalidade. Dou o meu consentimento de livre e espontânea vontade e sem reservas para participar como voluntário nesta pesquisa.

Curitiba, ____/____/2009____

Nome Voluntário (Letra de Forma)

Assinatura (Voluntário)

CPF ou RG do Voluntário

Pesquisadora: RG